

IMPACTOS DAS DECISÕES JUDICIAIS NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RGPS

Bento Gonçalves, 26 de novembro de 2018

EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE CONTRIBUINTES

Tabela 1 - Número Total de Contribuintes do RGPS

Ano	Total	Δ Ano	Δ%
2009	55.877.835	-	-
2010	60.197.924	4.320.089	7,73%
2011	64.109.870	3.911.946	6,50%
2012	67.246.063	3.136.193	4,89%
2013	69.837.123	2.591.060	3,85%
2014	71.339.903	1.502.780	2,15%
2015	69.635.082	-1.704.821	-2,39%
2016	66.652.055	-2.983.027	-4,28%
2017	65.095.735	-1.556.320	-2,33%

- ✓ Terceira queda seguida em 2017 no total de contribuintes.
- ✓ Em comparação com 2014, redução de 6,2 milhões de pessoas.
- ✓ Queda acumulada de 8,8%.

Fonte: AEPS 2017 - Elaboração: CGEDA

Obs.: Dados de 2015 e 2016 revisados. Dados de 2017 preliminares

EVOLUÇÃO ANUAL POR TIPO DE CONTRIBUINTES

Tabela 2 - Número de Contribuintes do RGPS por Tipo de Contribuinte

Ano	Empregados	Δ Ano	Δ%	Outros Contrib.	Δ Ano	Δ%
2010	48.649.216	3.456.118	7,65%	13.518.424	1.079.910	8,68%
2011	51.681.597	3.032.381	6,23%	14.601.695	1.083.271	8,01%
2012	53.912.656	2.231.059	4,32%	15.636.544	1.034.849	7,09%
2013	55.687.889	1.775.233	3,29%	16.490.479	853.935	5,46%
2014	56.625.128	937.239	1,68%	17.579.127	1.088.648	6,60%
2015	54.656.148	-1.968.980	-3,48%	17.564.148	-14.979	-0,09%
2016	51.624.976	-3.031.172	-5,55%	17.227.826	-336.322	-1,91%
2017	50.250.273	-1.374.703	-2,66%	16.819.949	-407.877	-2,37%

Fonte: AEPS 2015 - Elaboração: CGEDA\MTPS

Obs.: Dados de 2015 e 2016 revisados. Dados de 2017 preliminares

- ✓ Maior queda relativa e absoluta entre Empregados.
- ✓ Queda de 11,3% em relação a 2014;
- ✓ Em 2010, Empregados correspondiam a 81% do total e Outros Contribuintes a 23%.
- ✓ Em 2017 são respectivamente 77% e 26%

MÉDIA MENSAL DE CONTRIBUINTES DO RGPS

EVOLUÇÃO DA MÉDIA MENSAL DE CONTRIBUINTES

Tabela 3 - Média Mensal de Contribuintes do RGPS

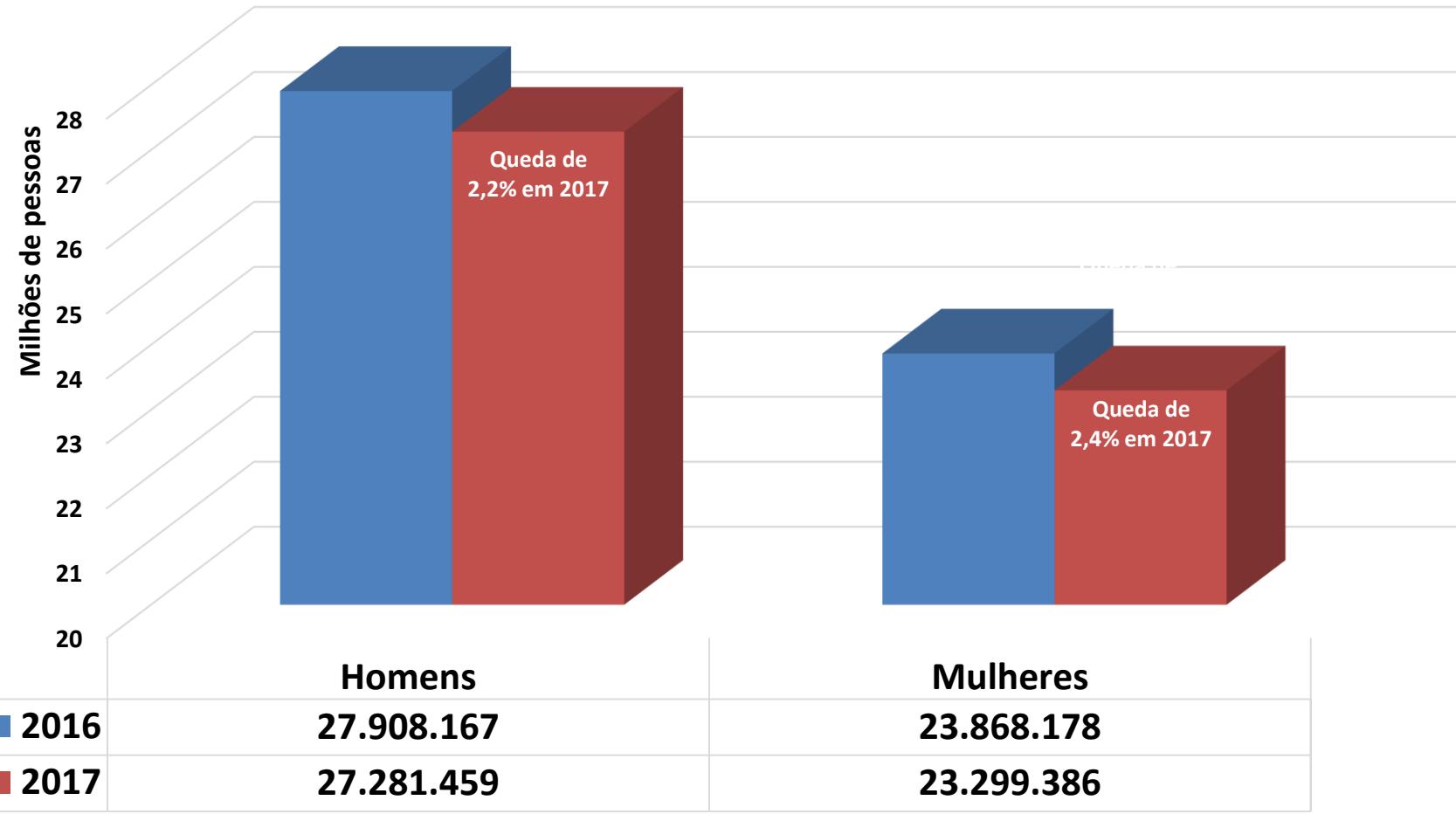
Ano	Total	Δ Ano	Δ%
2010	44.406.672	3.361.531	8,19%
2011	47.725.148	3.318.476	7,47%
2012	50.907.423	3.182.275	6,67%
2013	52.688.194	1.780.771	3,50%
2014	54.663.705	1.975.510	3,75%
2015	53.604.092	-1.059.612	-1,94%
2016	51.844.313	-1.759.779	-3,28%
2017	50.651.726	-1.192.587	-2,30%

Pelo conceito de média mensal de contribuintes a queda entre 2016 e 2017 foi menor → com menor impacto negativo na cobertura.

Fonte: AEPS 2017 - Elaboração: CGEDA

Obs.: Dados de 2015 e 2016 revisados. Dados de 2017 preliminares

Média Mensal de Contribuintes do RGPS por Sexo - 2016 e 2017



Pelo conceito de média mensal, a queda relativa foi mais acentuada entre as mulheres, com redução de 2,4% entre 2016 e 2017.

EVOLUÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR TIPO DE CONTRIBUINTES

Tabela 4 - Média Mensal de Contribuintes por Tipo de Contribuinte

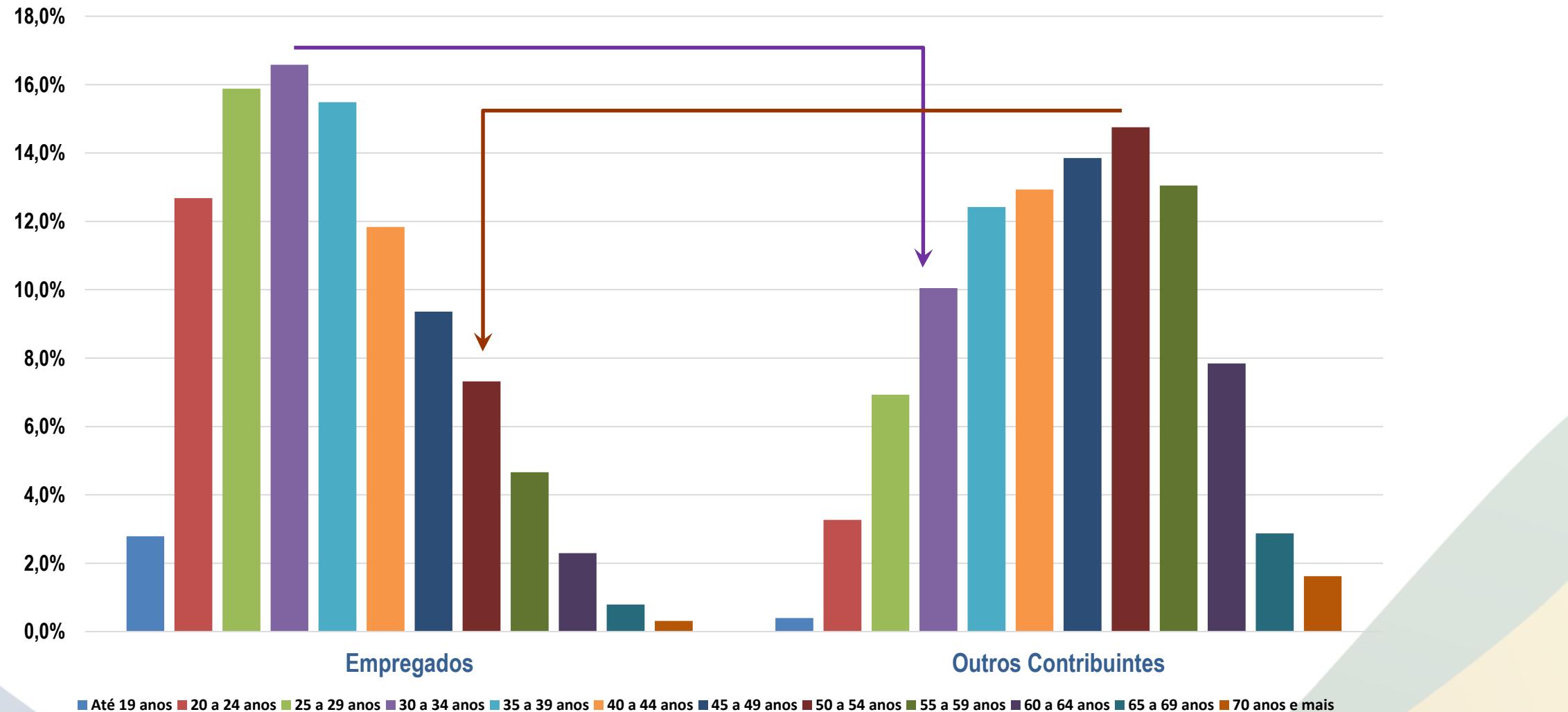
Ano	Empregados	Δ Ano	Δ%	Outros Contrib.	Δ Ano	Δ%
2010	35.841.961	2.758.243	8,34%	8.975.672	649.533	7,80%
2011	38.205.283	2.630.309	7,39%	9.704.299	728.627	8,12%
2012	40.786.998	2.314.728	6,02%	10.619.558	915.259	9,43%
2013	41.683.908	896.910	2,20%	11.529.962	910.404	8,57%
2014	43.147.338	1.463.430	3,51%	12.251.875	721.913	6,26%
2015	42.111.294	-1.036.043	-2,40%	12.161.820	-90.055	-0,74%
2016	40.077.599	-2.033.695	-4,83%	12.301.818	139.998	1,15%
2017	39.051.846	-1.025.753	-2,56%	12.086.734	-215.084	-1,75%

Fonte: AEPS 2017 - Elaboração: CGEDA

Obs.: Dados de 2015 e 2016 revisados. Dados de 2017 preliminares

- ✓ A queda entre contribuintes é menor pelo conceito de média mensal.
- ✓ Em comparação com 2014, a queda de empregados em 2017 foi de 9,5% e de outros contribuintes de 1,3%.

Contribuintes do RGPS por Faixa Etária e Categoria - Média Mensal em 2017



EVOLUÇÃO ANUAL DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Tabela 6 - Benefícios concedidos, por grupos de espécies, de 2012 a 2017

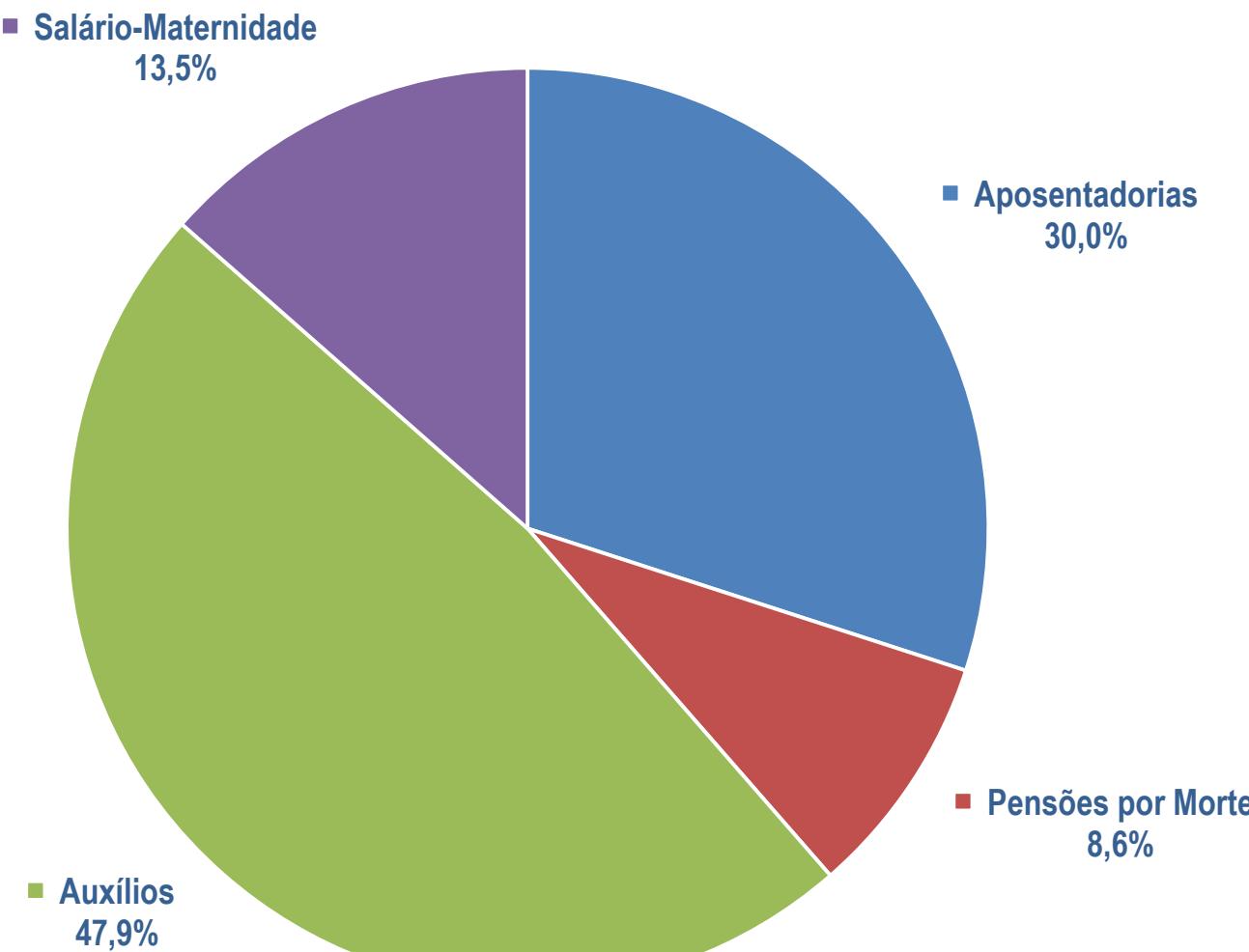
ANOS	BENEFÍCIOS DO RGPS				
	Aposentadorias	Pensões por Morte	Auxílios	Salário-Maternidade	Total
2012	1.113.857	399.909	2.510.685	604.817	4.629.268
2013	1.174.000	415.172	2.633.971	628.411	4.851.554
2014	1.161.757	409.657	2.663.632	631.688	4.866.734
2015	1.066.933	365.630	2.071.475	561.452	4.065.490
2016	1.273.194	410.926	2.468.900	631.287	4.784.307
2017	1.400.489	401.239	2.237.134	630.742	4.669.604

Fonte: AEPS - Elaboração: CGEDA. Dados de 2016 e 2017 preliminares

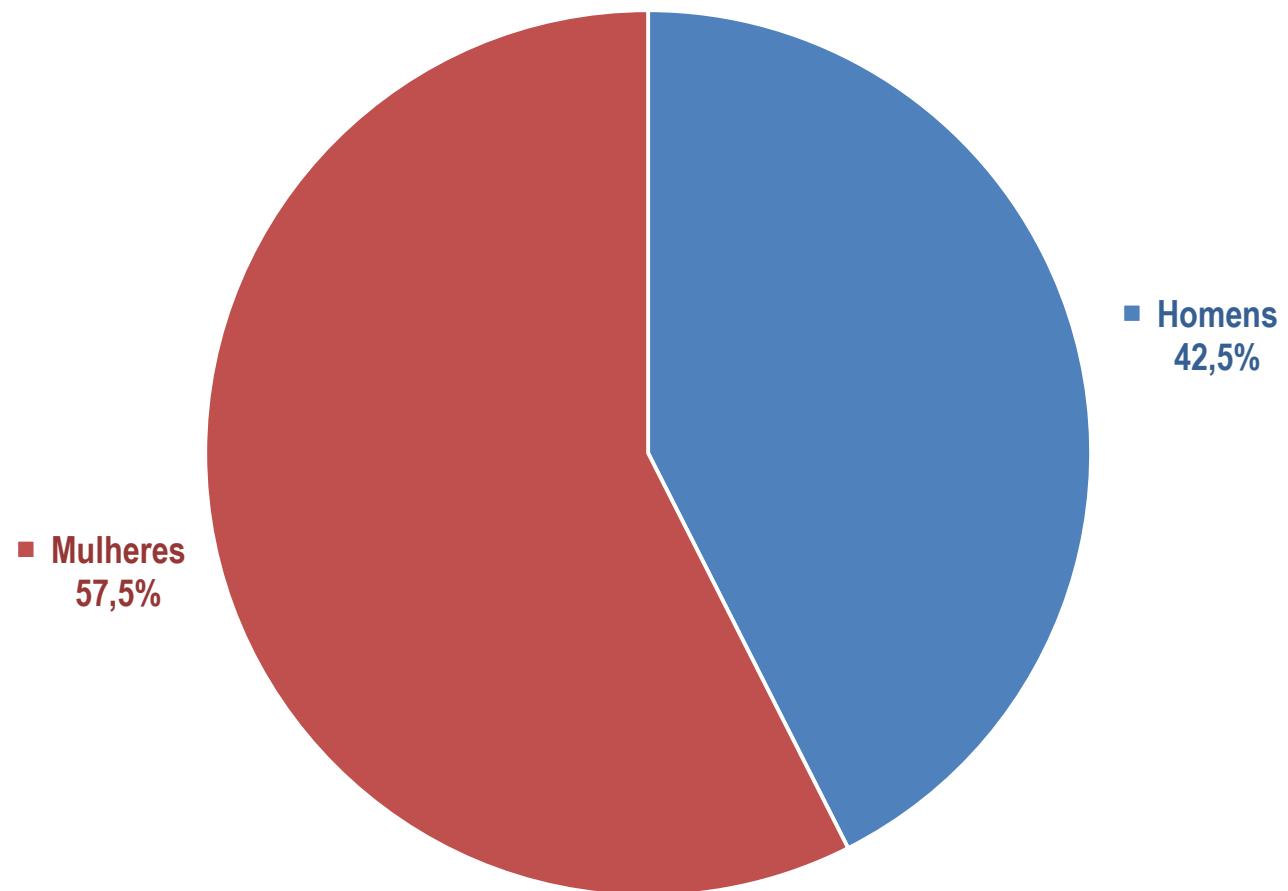
- ✓ Aumento na concessão de aposentadorias;
- ✓ Queda na concessão de auxílios;
- ✓ Pensões e salário-maternidade estáveis

- ✓ Aposentadorias e pensões passaram de 32,7% das concessões em 2012 para 38,6% em 2017.

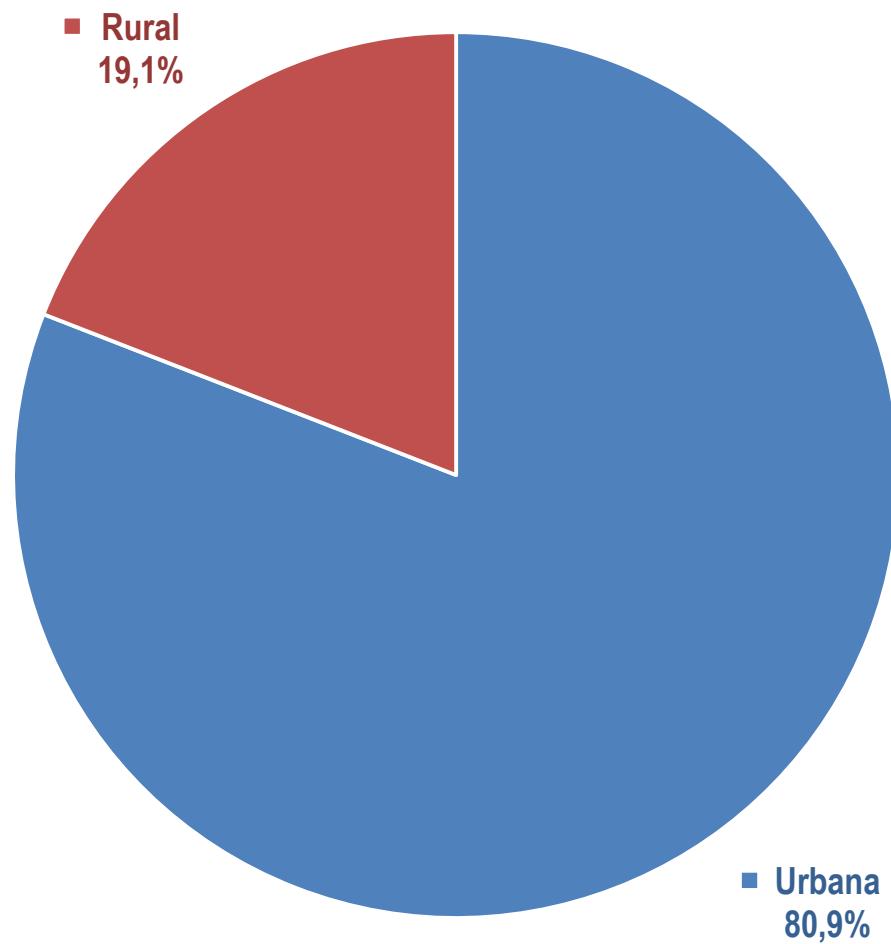
Distribuição Relativa dos Benefícios Concedidos em 2017



Distribuição Relativa dos Benefícios Concedidos em 2017 por Sexo



Distribuição Relativa dos Benefícios Concedidos em 2017 por Clientela



BENEFÍCIOS ATIVOS DO RGPS

EVOLUÇÃO ANUAL DOS BENEFÍCIOS ATIVOS DO RGPS

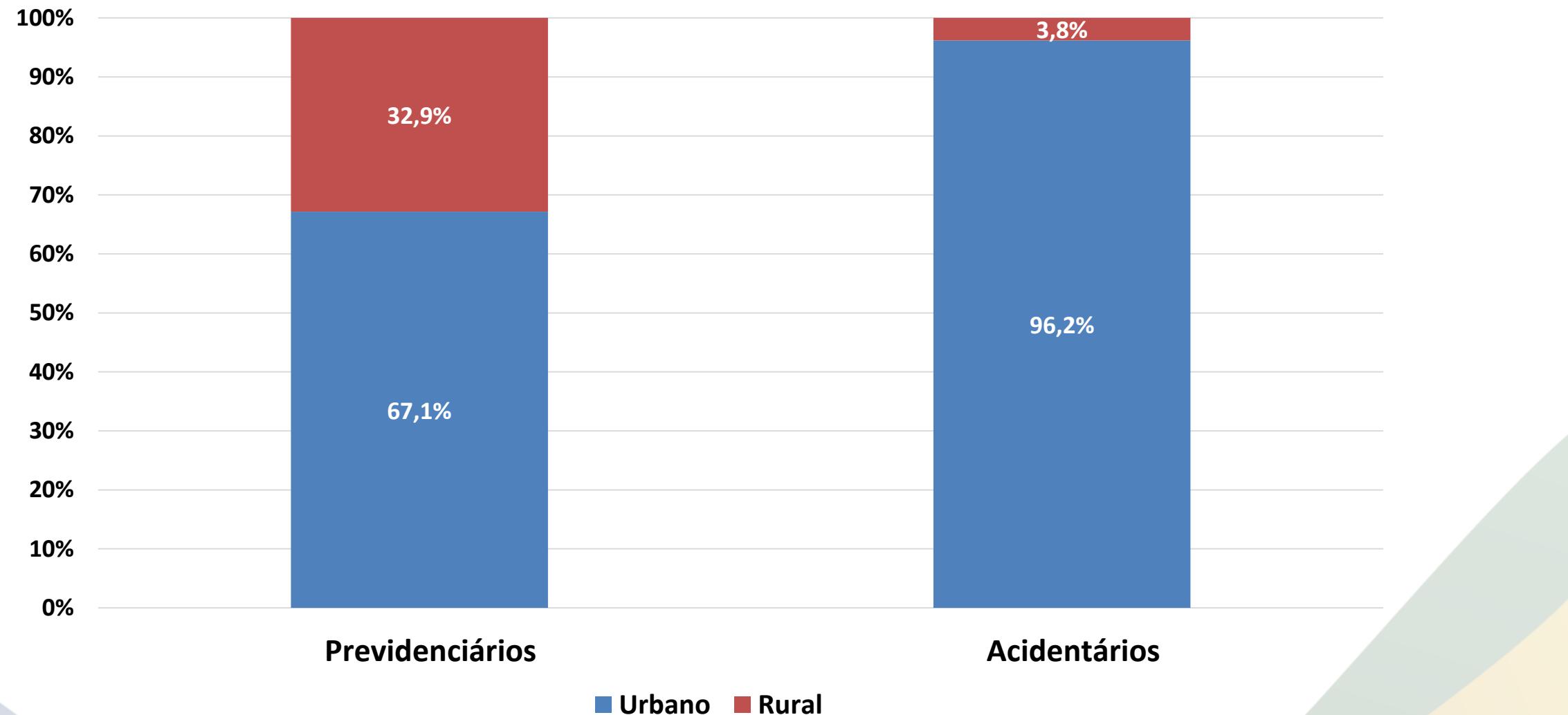
Tabela 5 - Benefícios Ativos, por grupos de espécies, de 2012 a 2017 - Posição dezembro de cada ano

ANOS	BENEFÍCIOS DO RGPS				
	Aposentadorias	Pensões por Morte	Auxílios	Salário-Maternidade	Total
2012	16.794.235	7.102.216	1.886.496	72.391	25.855.338
2013	17.431.914	7.286.067	2.031.577	78.741	26.828.299
2014	18.035.849	7.442.166	2.133.602	77.765	27.689.382
2015	18.526.369	7.545.905	2.098.779	54.845	28.225.898
2016	19.169.302	7.678.558	2.125.615	49.696	29.023.171
2017	19.911.211	7.780.175	1.835.730	79.779	29.606.895

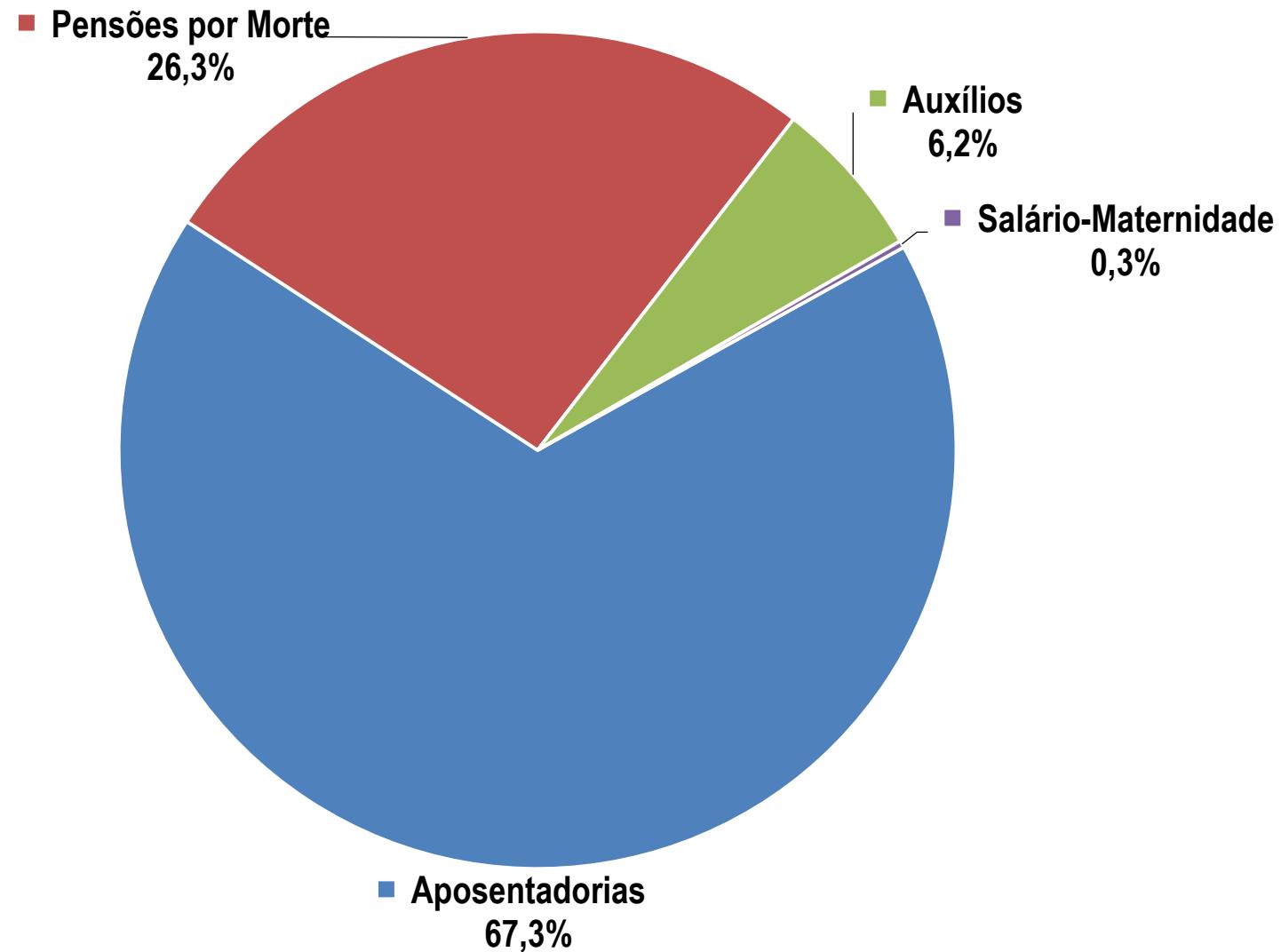
Fonte: AEPS - Elaboração: CGEDA

- ✓ Em 2017 o estoque de benefícios ativos cresceu 2,82% em relação a 2016, com 29,6 milhões.
- ✓ Aposentadorias e Pensões representam 93,5% do total em 2016.
- ✓ Efeito da revisão de auxílio-doença de longa duração.

Distribuição Relativa dos Benefícios Ativos Previdenciários e Acidentários por Clientela - 2017



Distribuição Relativa dos Benefícios Ativos em 2017



BENEFÍCIOS EMITIDOS DO RGPS

VALOR DA EMISSÃO ANUAL LÍQUIDA DE BENEFÍCIOS - RGPS

Tabela 7 - Valor Anual Líquido da Emissão de Benefícios do RGPS - 2016 e 2017

Grupo de Espécie	Valor (R\$ mil)		Δ% Entre 2016 e 2017
	2016	2017	
Aposentadorias	298.700.551	332.549.497	11,3%
Pensões por Morte	106.509.446	116.017.478	8,9%
Auxílios	31.744.972	29.656.172	-6,6%
Outros Benefícios	649.859	699.460	7,6%
Total	437.604.828	478.922.607	9,4%
Total/PIB (em %)	6,99%	7,30%	

✓ Valor líquido da emissão de benefícios em 2017 foi superior a 2016 em 9,4%, passando de 6,99% para 7,30% do PIB.

✓ Maior crescimento relativo ocorreu entre as aposentadorias, com 11,3%.

EMISSÃO DE BENEFÍCIOS DO RGPS POR CLIENTELA - DEZ/17

Quantidade de Benefícios do RGPS Emitidos por Clientela - Dez/17

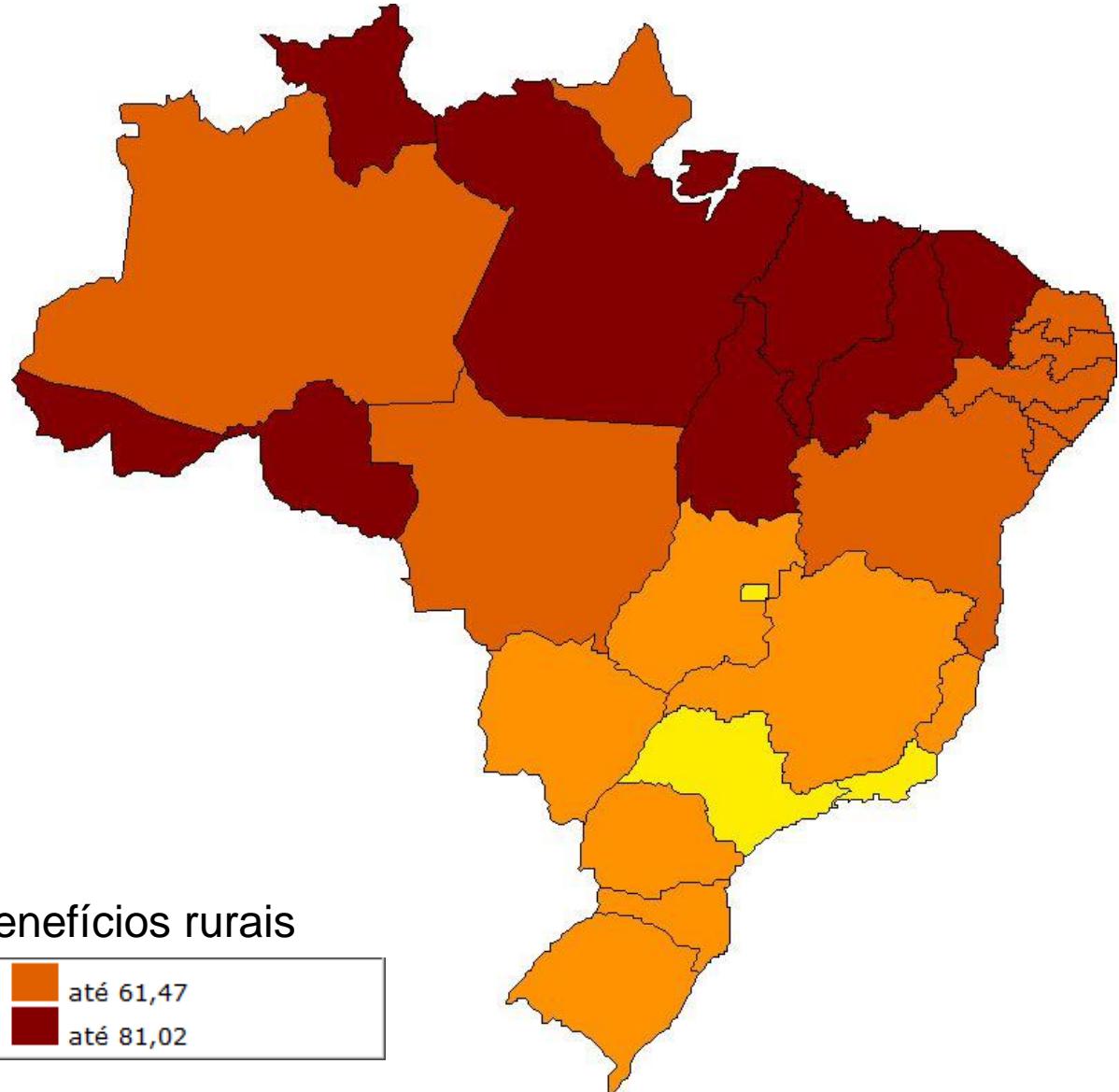
Região	Total	Urbano	Rural	% Urbano / Total
Norte	1.375,4	503,2	872,3	36,6
Nordeste	7.752,7	3.071,0	4.681,7	39,6
Sudeste	13.544,6	11.696,0	1.848,5	86,4
Sul	5.561,7	4.013,6	1.548,1	72,2
Centro Oeste	1.570,6	1.000,4	570,2	63,7
Total	29.805,0	20.284,1	9.520,8	68,1

Fonte: AEPS 2017 - Elaboração: CGEDA

- ✓ Clientela Urbana concentra 68,1% das emissões.
- ✓ Por região, há diferença na composição.

- ✓ Na região Sudeste, 86,4% dos benefícios são da clientela urbana.
- ✓ Nas regiões Norte e Nordeste predominam benefícios rurais;

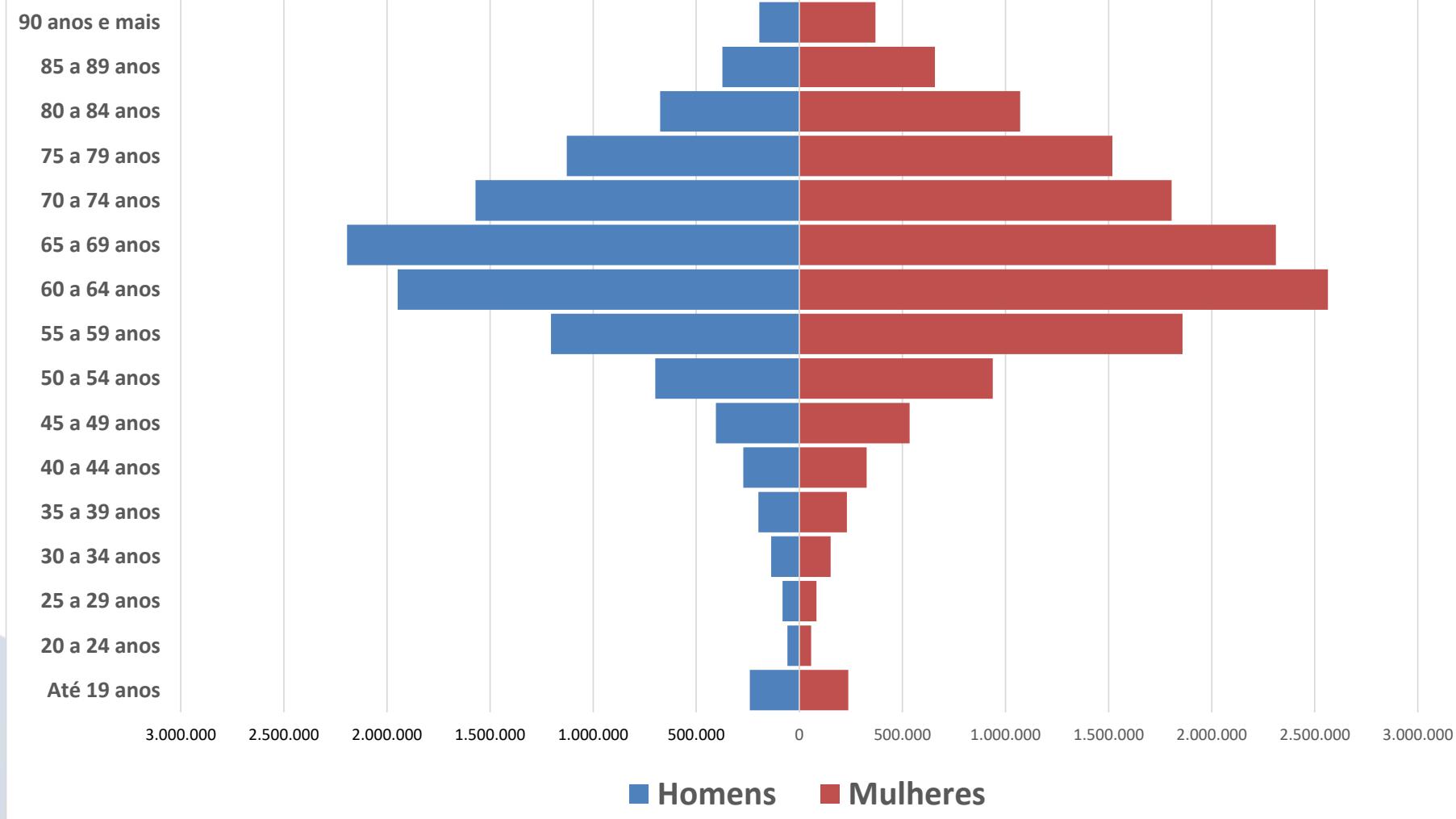
PROPORÇÃO DOS BENEFÍCIOS RURAIS EMITIDOS POR UF EM 2017



- ✓ Benefícios da clientela rural são majoritários nas UF das regiões Norte e Nordeste.
- ✓ O percentual de benefícios rurais é superior a 61,5% em oito estados e chega a mais de 81% no Maranhão.

PIRÂMIDE ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS - 2015

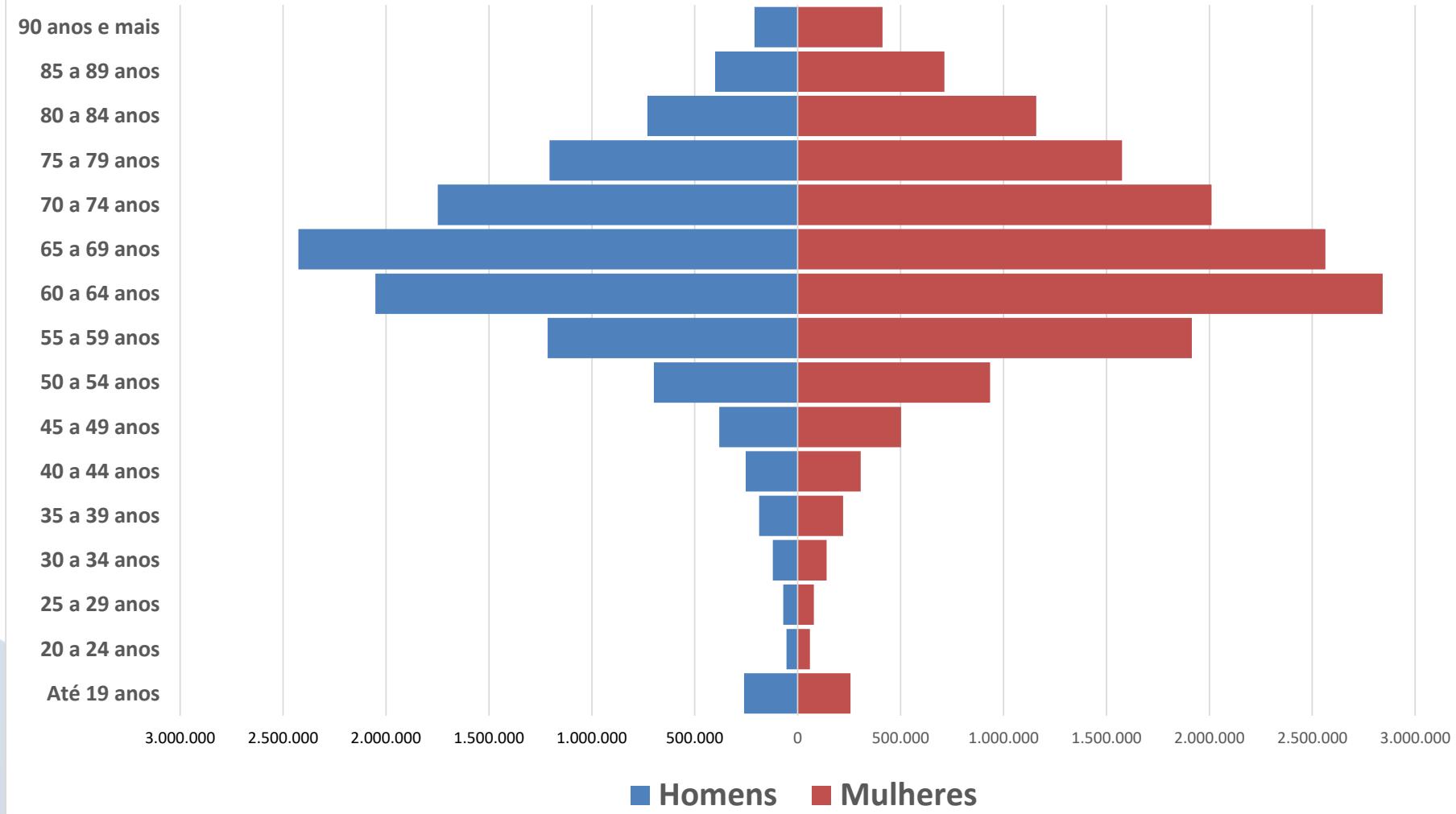
Pirâmide Etária dos Beneficiários do RGPS - 2015



- ✓ Pirâmide etária apresenta forte concentração de pessoas a partir de 55 anos.
- ✓ Abaixo dessa faixa concentram-se os Auxílios.
- ✓ Na faixa mais jovem concentram-se Pensões por Morte.

PIRÂMIDE ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS - 2017

Pirâmide Etária dos Beneficiários do RGPS - 2017



- ✓ Em 2017 houve expansão em todas as faixas etárias.
- ✓ Crescimento mais acentuado nas idades mais avançadas.
- ✓ Faixa de beneficiários com 90 anos ou + cresceu 33,3% em dois anos.

RESULTADO DO RGPS

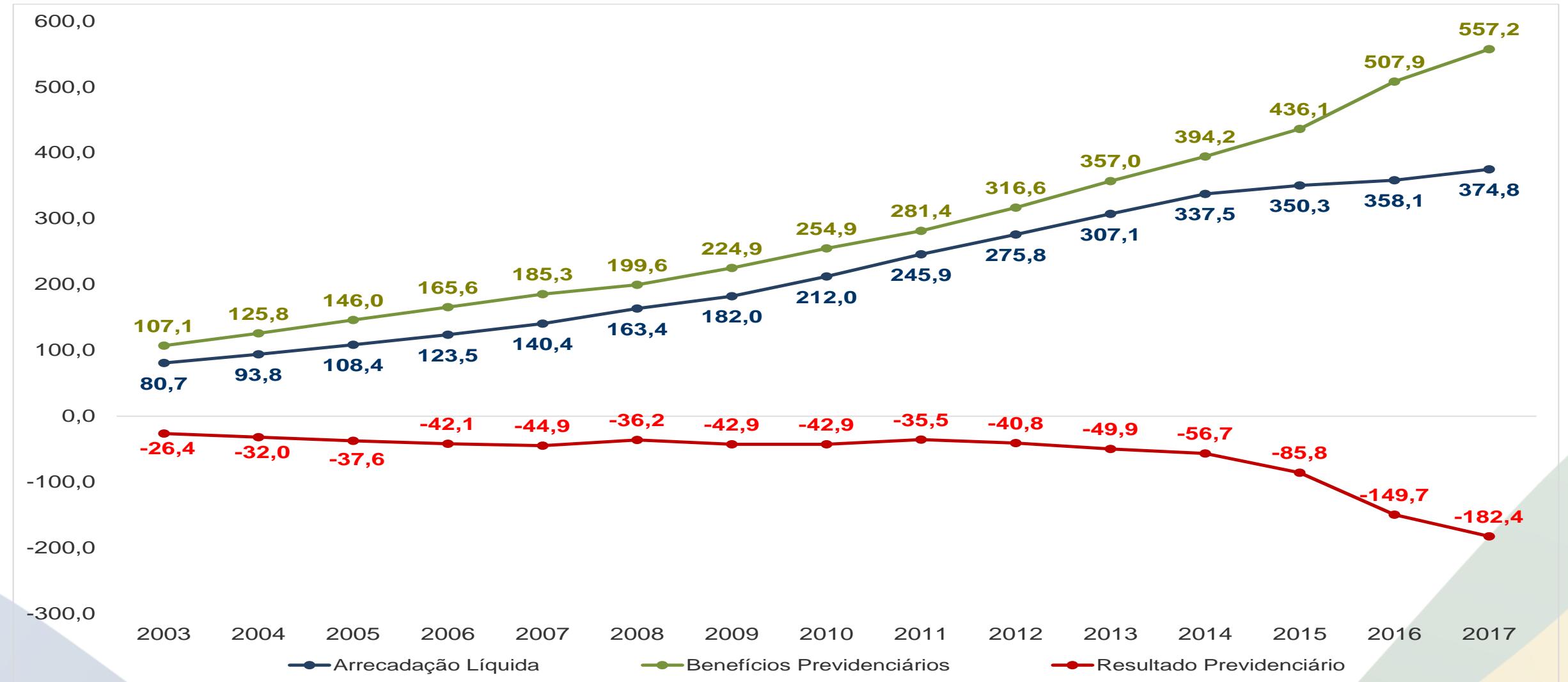
Em R\$ milhões nominais **setembro/2018**

Item	set/17	ago/18	set/18	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2017	2018	
1. Arrecadação Líquida Total	30.120,9	31.328,6	30.019,2	(4,2)	(0,3)	264.825,8	273.710,2	3,4
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	28.179,0	29.539,8	28.647,7	(3,0)	1,7	246.739,7	255.946,6	3,7
1.2 Arrecadação Líquida Rural	858,6	868,9	385,7	(55,6)	(55,1)	6.696,5	7.090,8	5,9
1.3 Comprev	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	1.083,3	919,9	985,8	7,2	(9,0)	11.389,6	10.672,9	(6,3)
2. Renúncias Previdenciárias	3.576,4	3.779,5	3.781,0	0,0	5,7	31.198,5	32.983,5	5,7
2.1 Simples Nacional	1.991,6	2.088,1	2.106,6	0,9	5,8	17.135,0	18.124,3	5,8
2.2 Entidades Filantrópicas	840,4	876,6	888,9	1,4	5,8	7.273,5	7.693,4	5,8
2.3 Microempreendedor Individual - MEI	170,7	182,7	180,5	(1,2)	5,8	1.530,4	1.618,7	5,8
2.4 Exportação da Produção Rural - EC nº 33	554,6	612,6	585,2	(4,5)	5,5	5.089,7	5.370,6	5,5
2.5 Outros	19,2	19,5	19,9	1,9	3,3	170,0	176,5	3,8
3. Despesa com Benefícios	58.266,2	49.348,2	61.491,0	24,6	5,5	406.243,8	428.825,2	5,6
3.1 Benefícios Previdenciários	57.166,9	48.191,8	60.137,6	24,8	5,2	394.017,3	414.490,9	5,2
3.1.1 Urbano	46.143,4	36.499,4	48.805,5	33,7	5,8	308.574,6	326.434,8	5,8
3.1.2 Rural	11.023,5	11.692,3	11.332,1	(3,1)	2,8	85.442,7	88.056,1	3,1
3.2 Passivo Judicial	926,3	954,2	1.054,3	10,5	13,8	10.641,7	12.236,0	15,0
3.2.1 Urbano	747,7	722,7	855,7	18,4	14,4	8.351,8	9.638,5	15,4
3.2.2 Rural	178,6	231,5	198,7	(14,2)	11,2	2.289,8	2.597,5	13,4
3.3 Comprev	173,0	202,3	299,0	47,8	72,8	1.584,8	2.098,4	32,4
4. Resultado Previdenciário e Renúncias (1 + 2 - 3)	(24.568,9)	(14.240,2)	(27.690,7)	94,5	12,7	(110.219,4)	(122.131,5)	10,8
5. Resultado Previdenciário (1 - 3)	(28.145,3)	(18.019,7)	(31.471,8)	74,7	11,8	(141.417,9)	(155.115,0)	9,7

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV. Elaboração: SPREV/MF.

Nota: O dado de Renúncia Previdenciária é uma estimativa da Receita Federal do Brasil, sujeito a alteração.

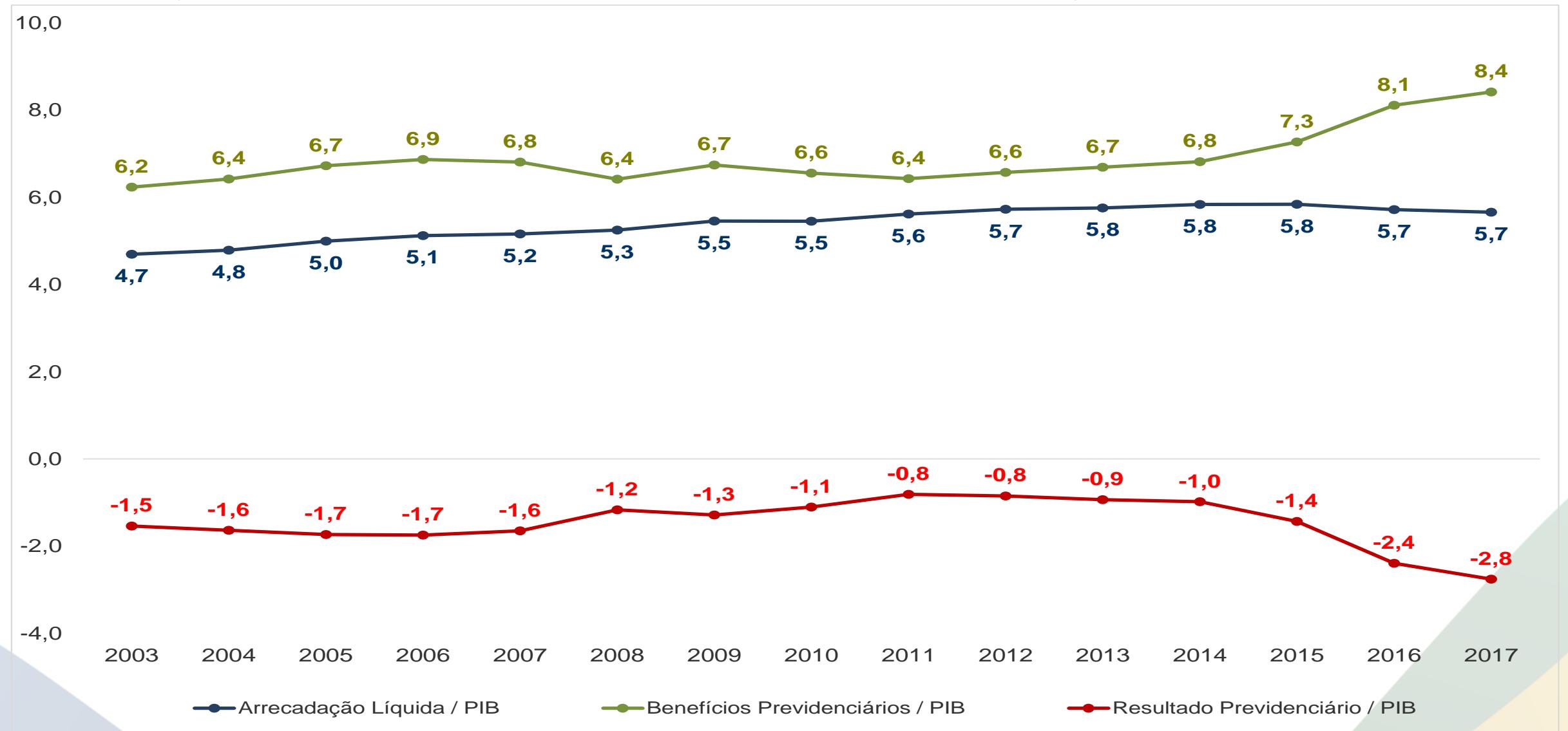
**Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário
Acumulado de Janeiro a Dezembro (2003 a 2017) – Em R\$ Bilhões nominais**



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV.

Elaboração: SPREV/MF.

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário em relação ao PIB (Em %) – 2003 a 2017



Nota: PIB 2017 estimado de acordo com a Grade de Parâmetros da SPE/MF de 12/2017.

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV. Elaboração: SPREV/MF.

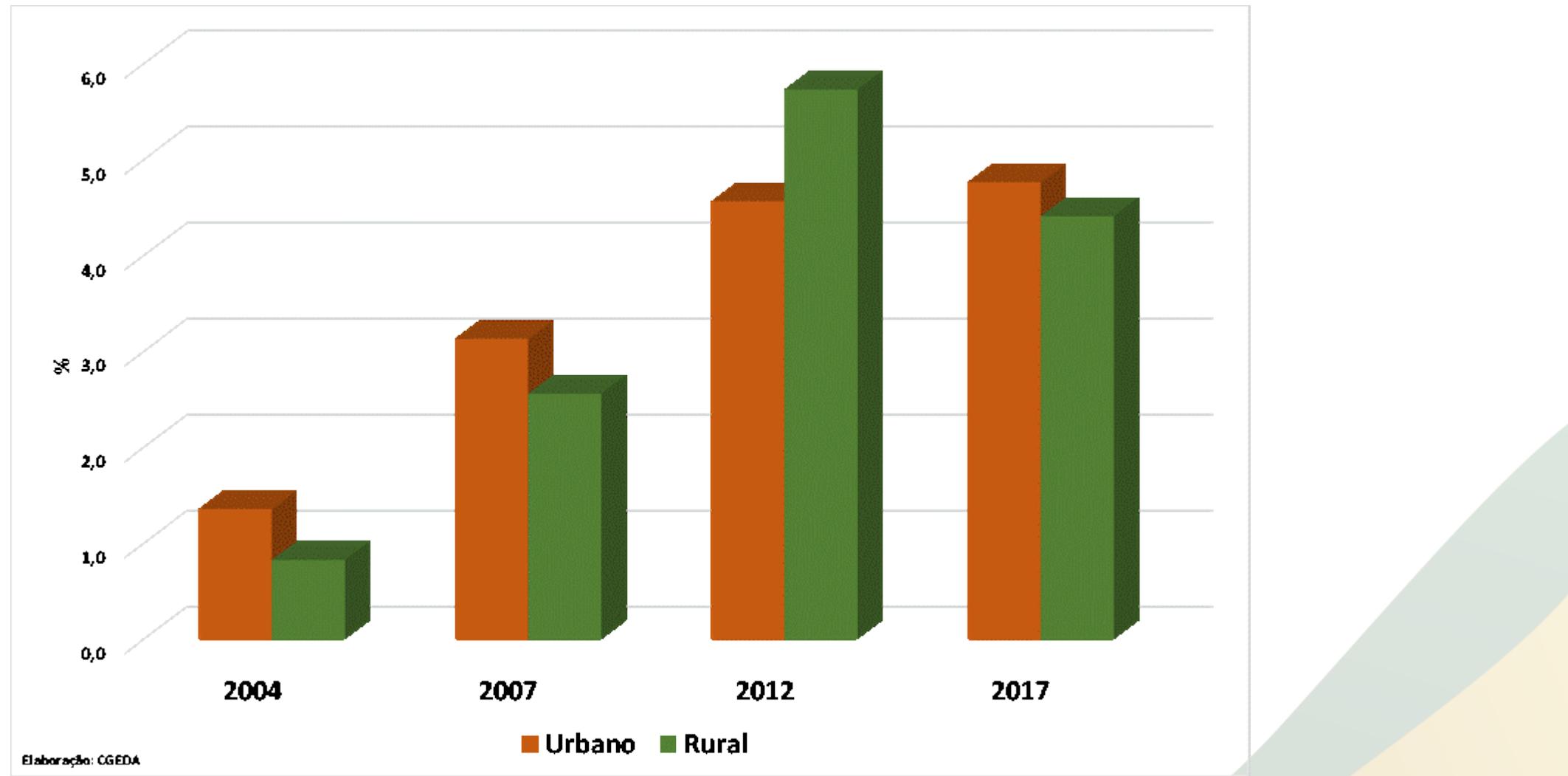
Concessões de Benefícios por Decisão Judicial

Análise pelos Registros Administrativos dos
Sistemas de Benefício via Despacho 04

Extração efetuada em Agosto de 2018

Pensão por Morte Previdenciária (B21)

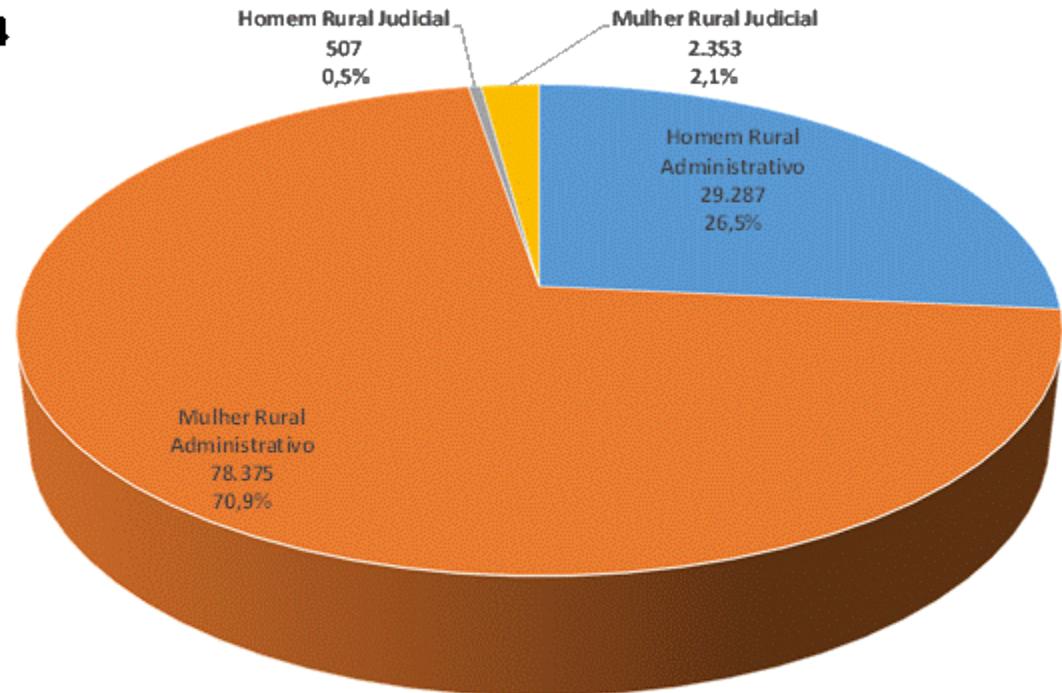
Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



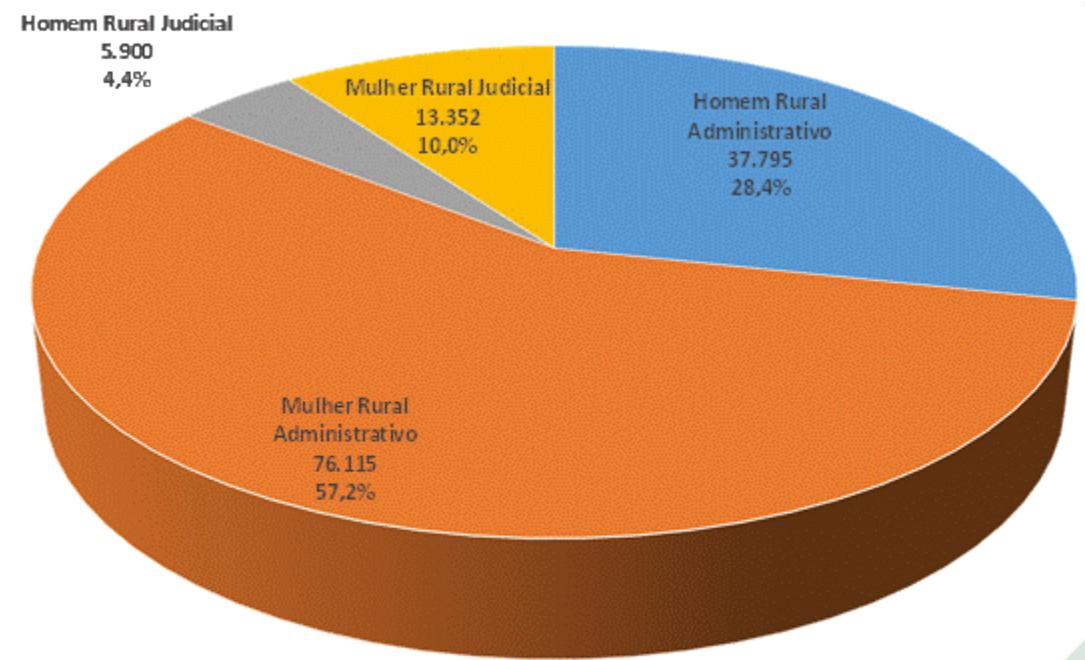
Pensão por Morte Previdenciária (B21)

Distribuição por Sexo – Rural

2004



2017



E elaborado: CGEPA

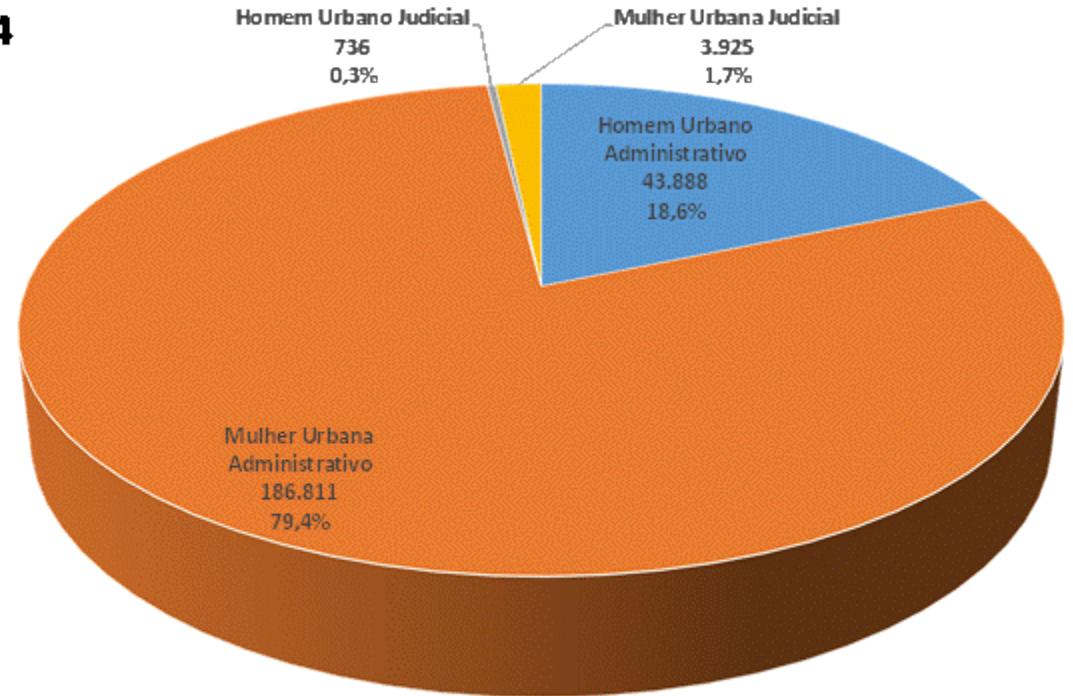
E elaborado: CGEPA

Dentre as 2,6% de judicialização em 2004 na clientela rural, 0,5% foram para homens e 2,1% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 14,5% do total, com 4,5% para homens e 10,0% para mulheres.

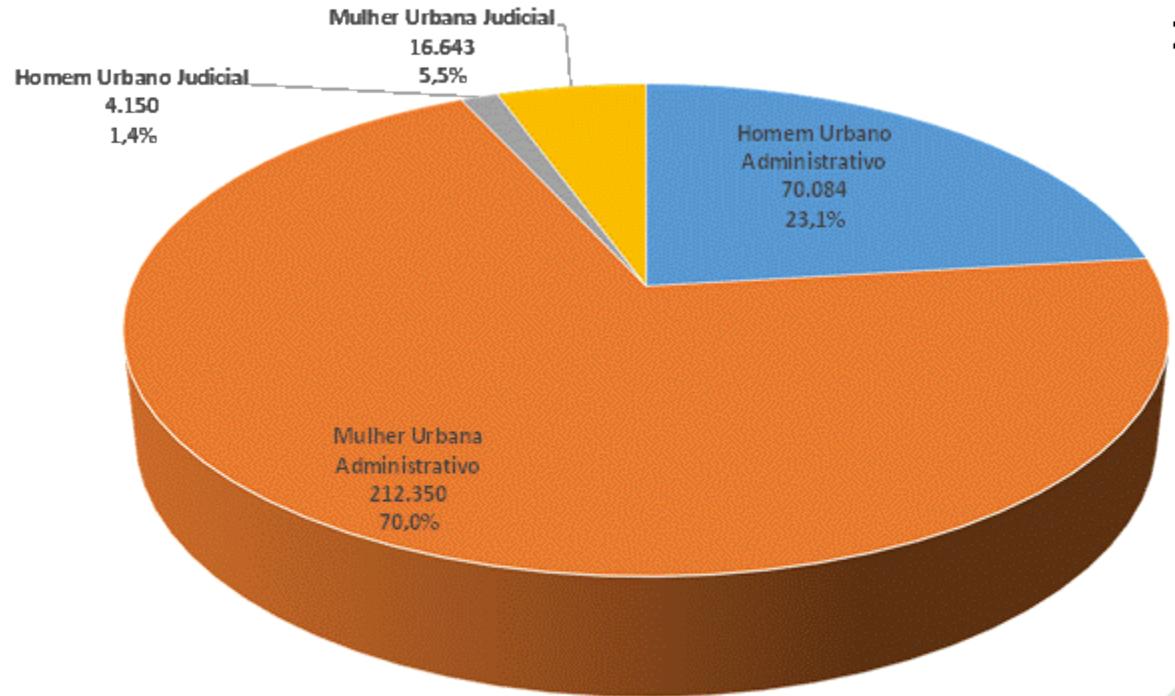
Pensão por Morte Previdenciária (B21)

Distribuição por Sexo – Urbana

2004



2017



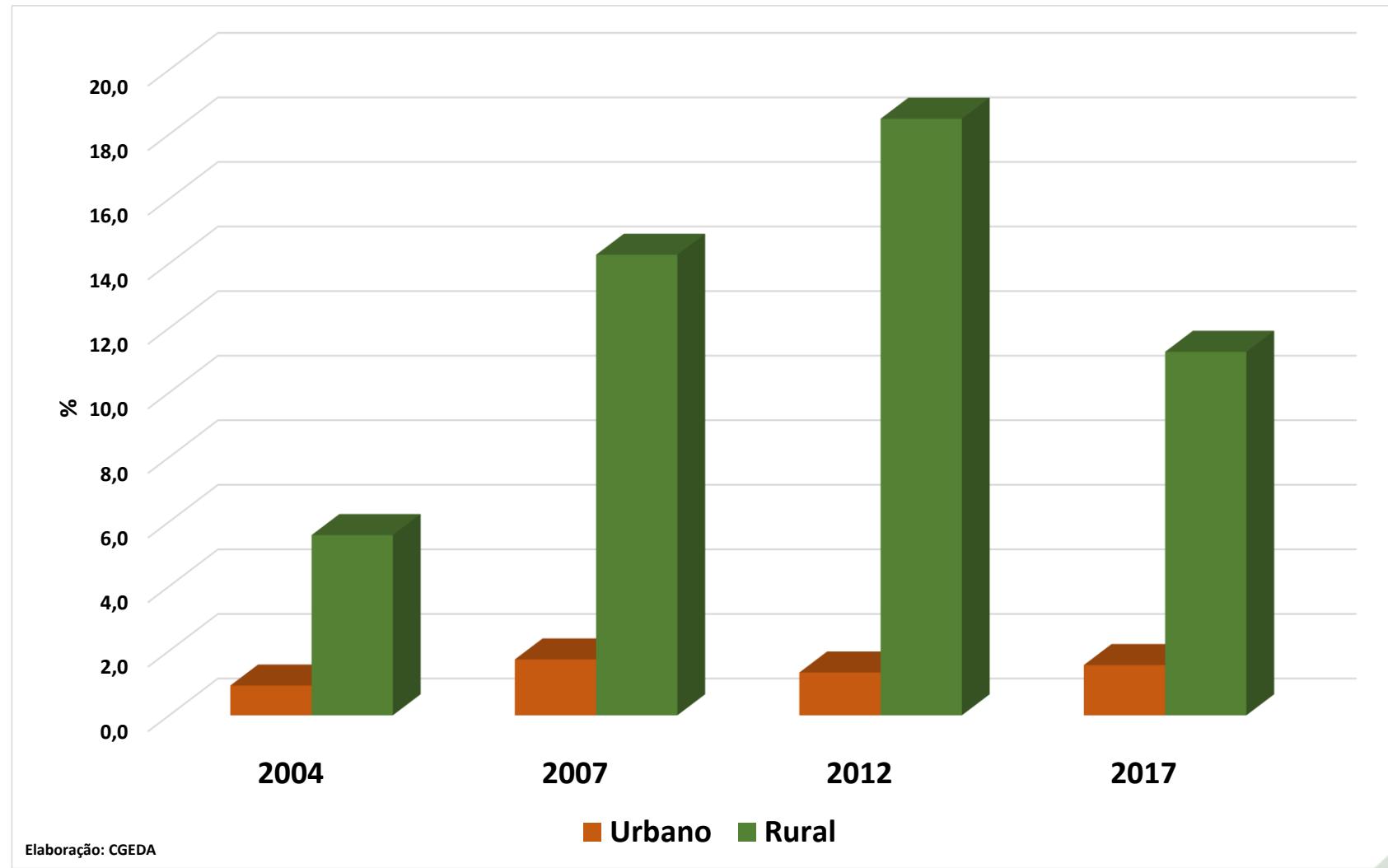
Estatística: CGDA

Estatística: CGDA

A distribuição dos 2,0% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 0,3% para homens e 1,7% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 6,9% de judiciais foi de 1,4% para homens e 5,5% para mulheres.

Aposentadoria por Idade (B41)

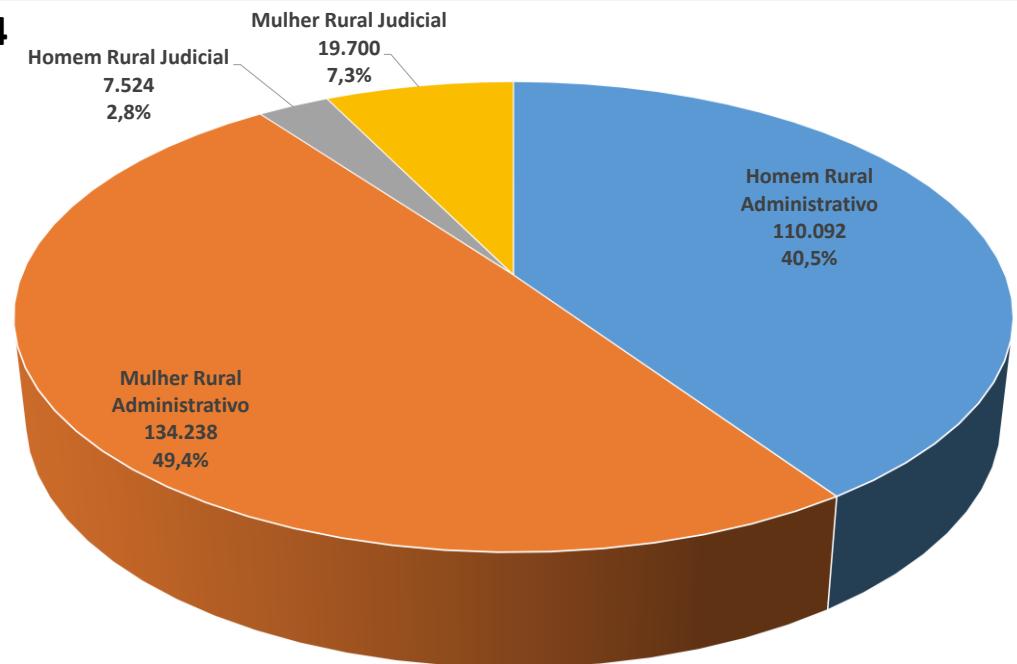
Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



Aposentadoria por Idade (B41)

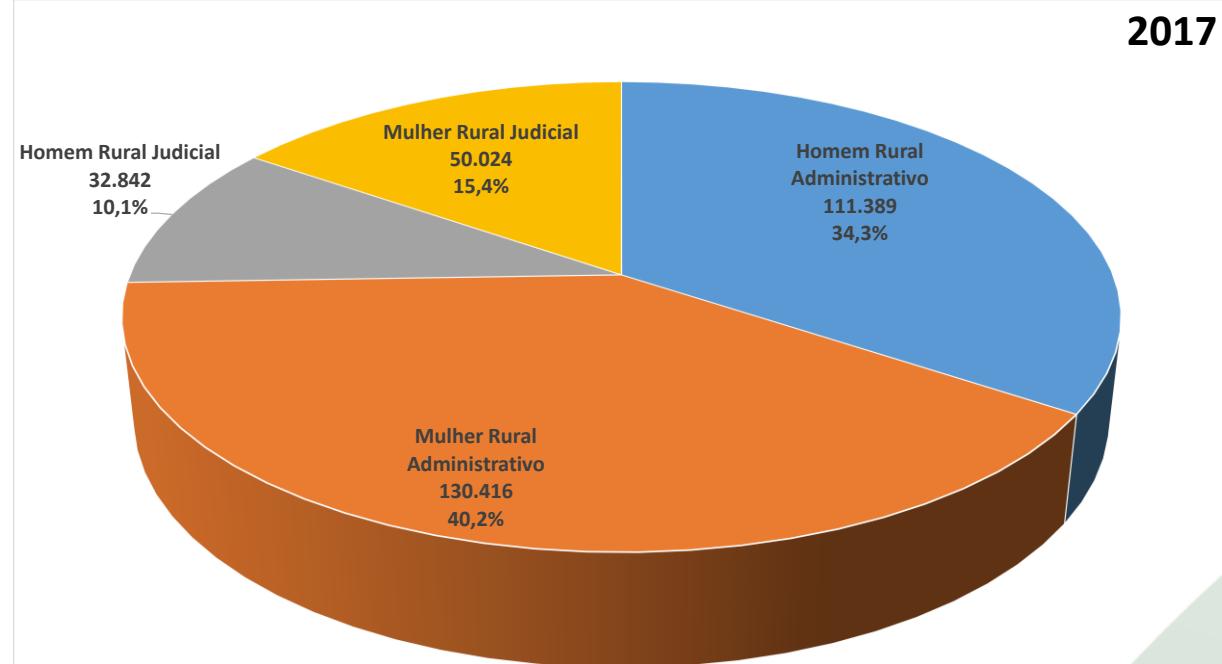
Distribuição por Sexo – Rural

2004



2017

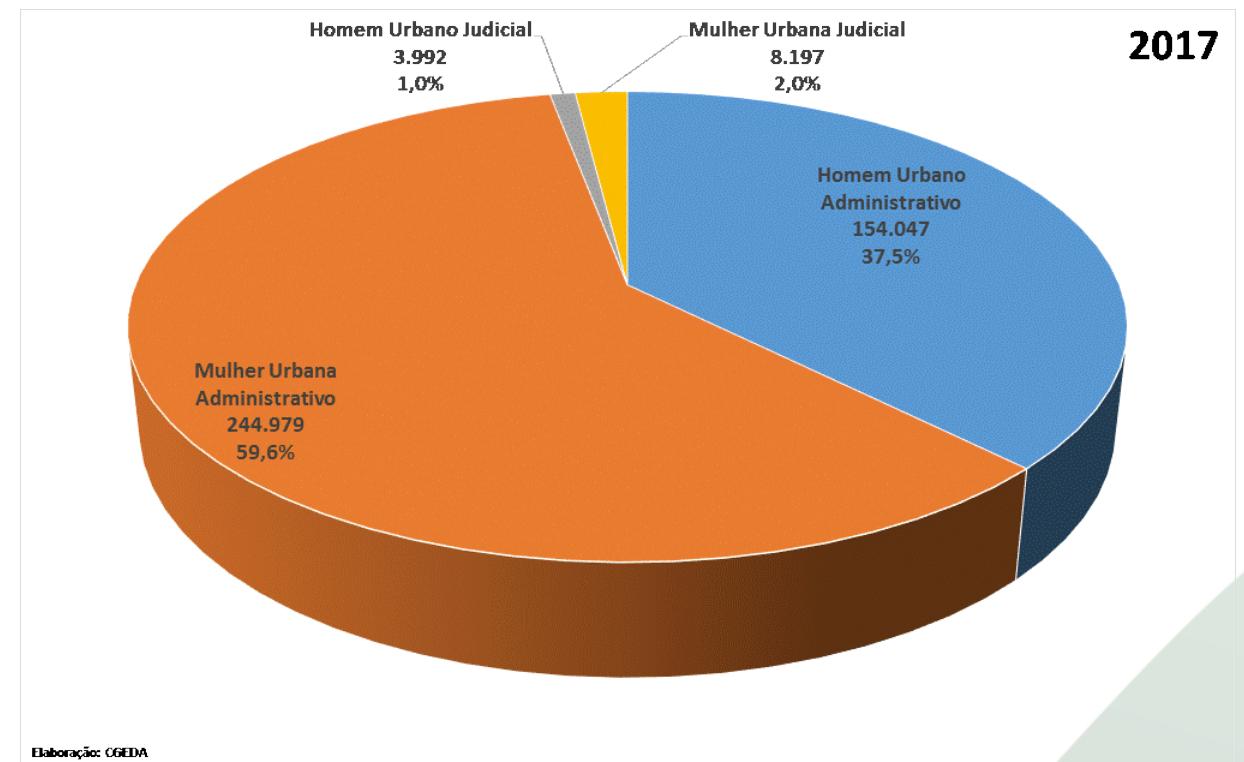
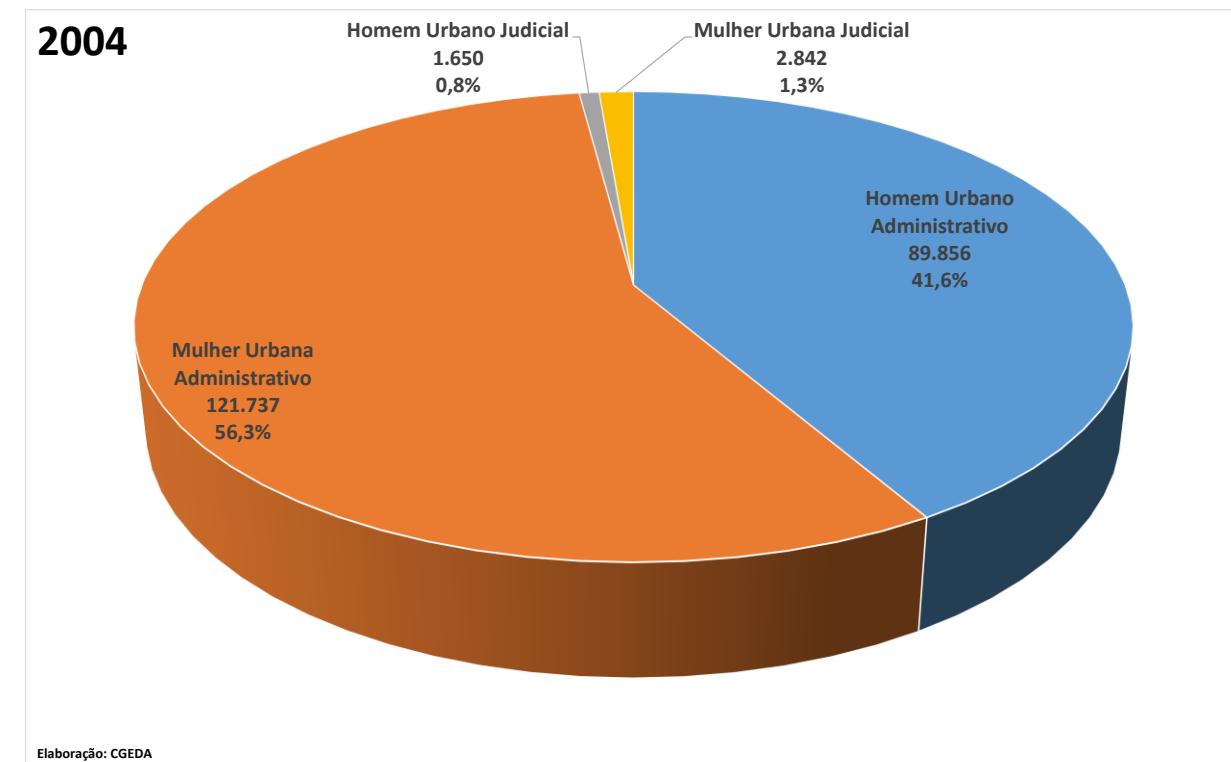
Elaboração: CGEDA



Dentre os 10,0% de judicialização em 2004 na clientela rural, 2,8% foram para homens e 7,3% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 25,5% do total, com 10,1% para homens e 15,4% para mulheres.

Aposentadoria por Idade (B41)

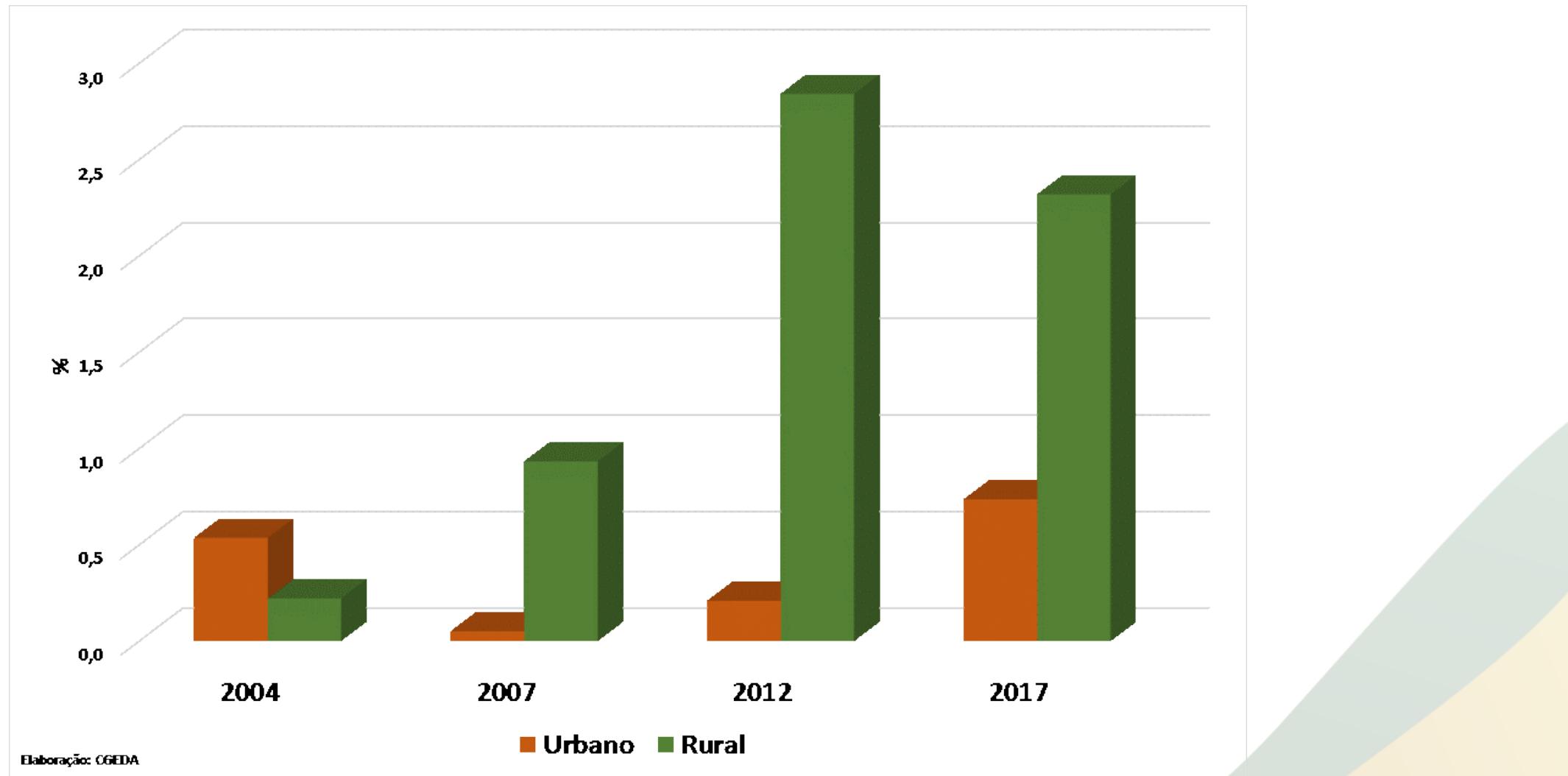
Distribuição por Sexo – Urbana



A distribuição dos 2,1% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 0,8% para homens e 1,3% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 3,0% de judiciais foi de 1,0% para homens e 2,0% para mulheres.

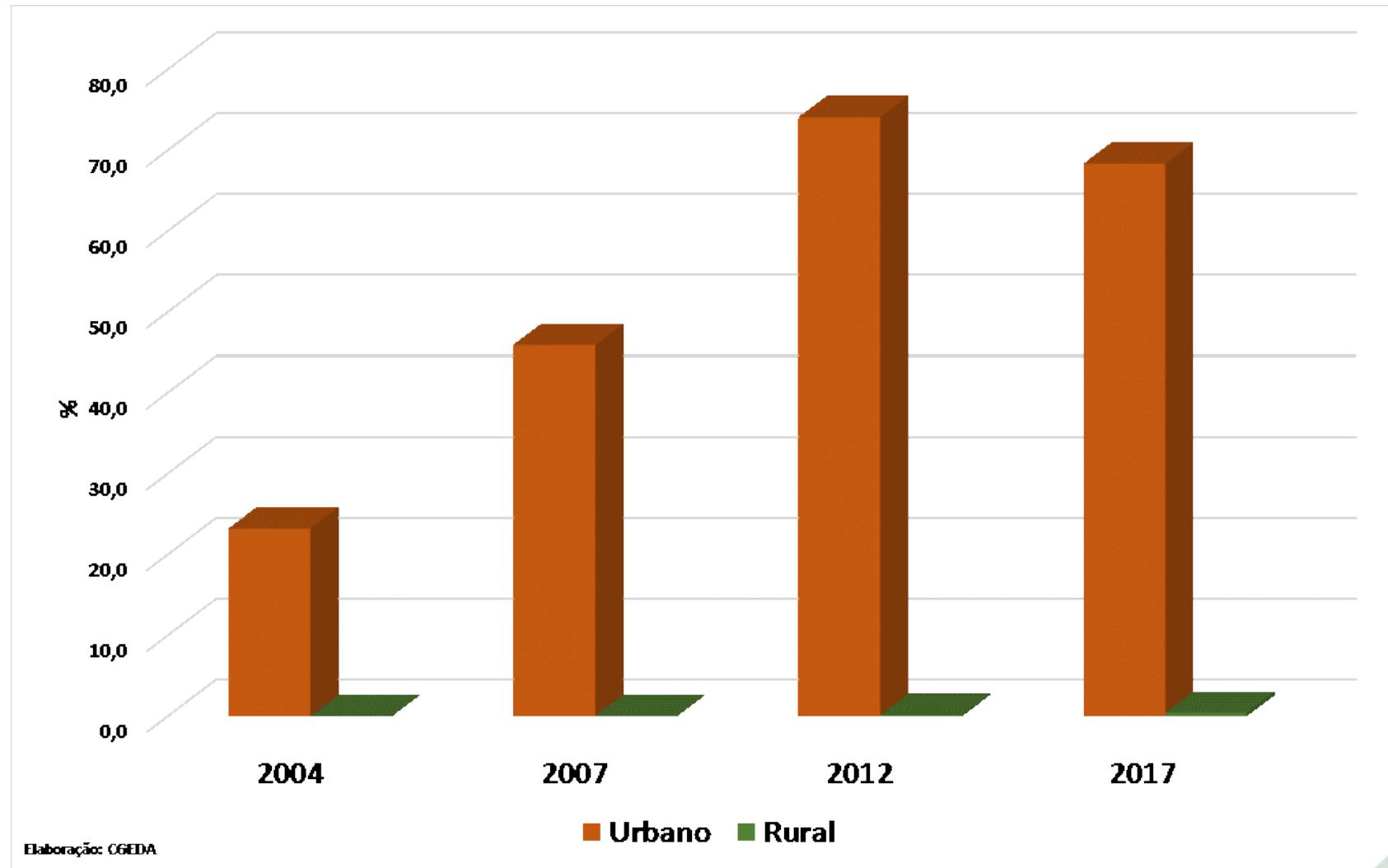
Auxílio Salário-Maternidade (B80)

Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



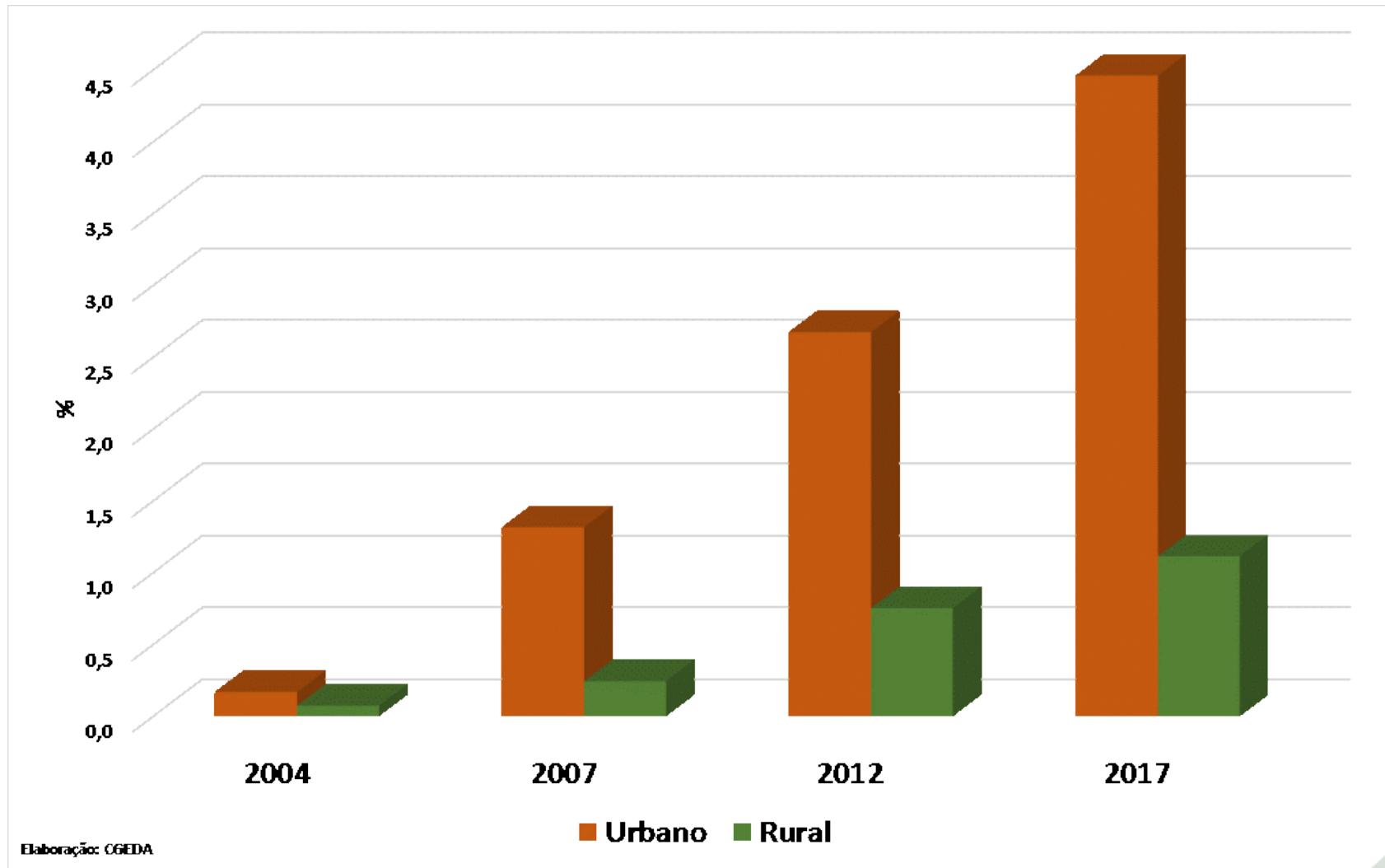
Aposentadoria Especial (B46)

Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



Auxílio-Doença Previdenciário (B31)

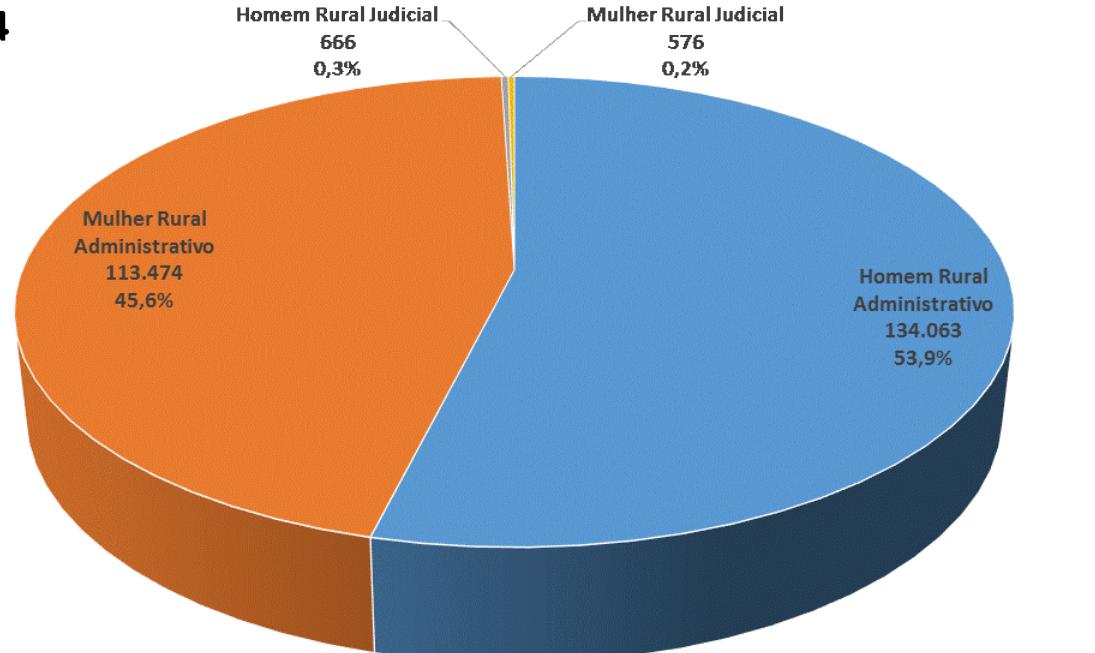
Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



Auxílio-Doença Previdenciário (B31)

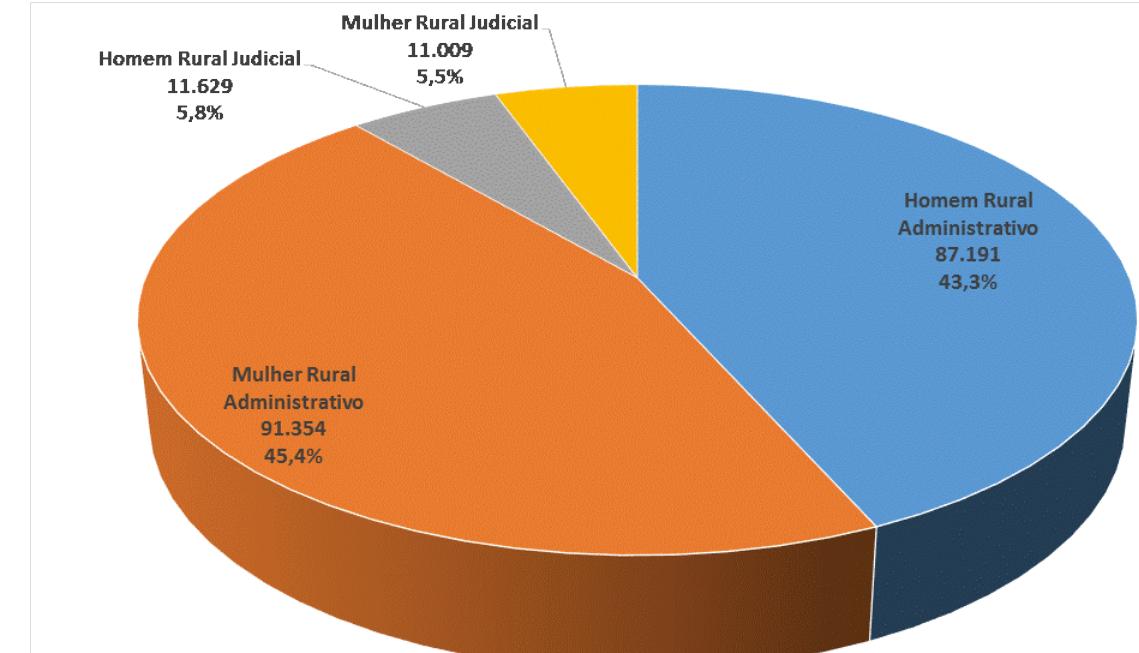
Distribuição por Sexo – Rural

2004



Elaboração: CGEDA

2017

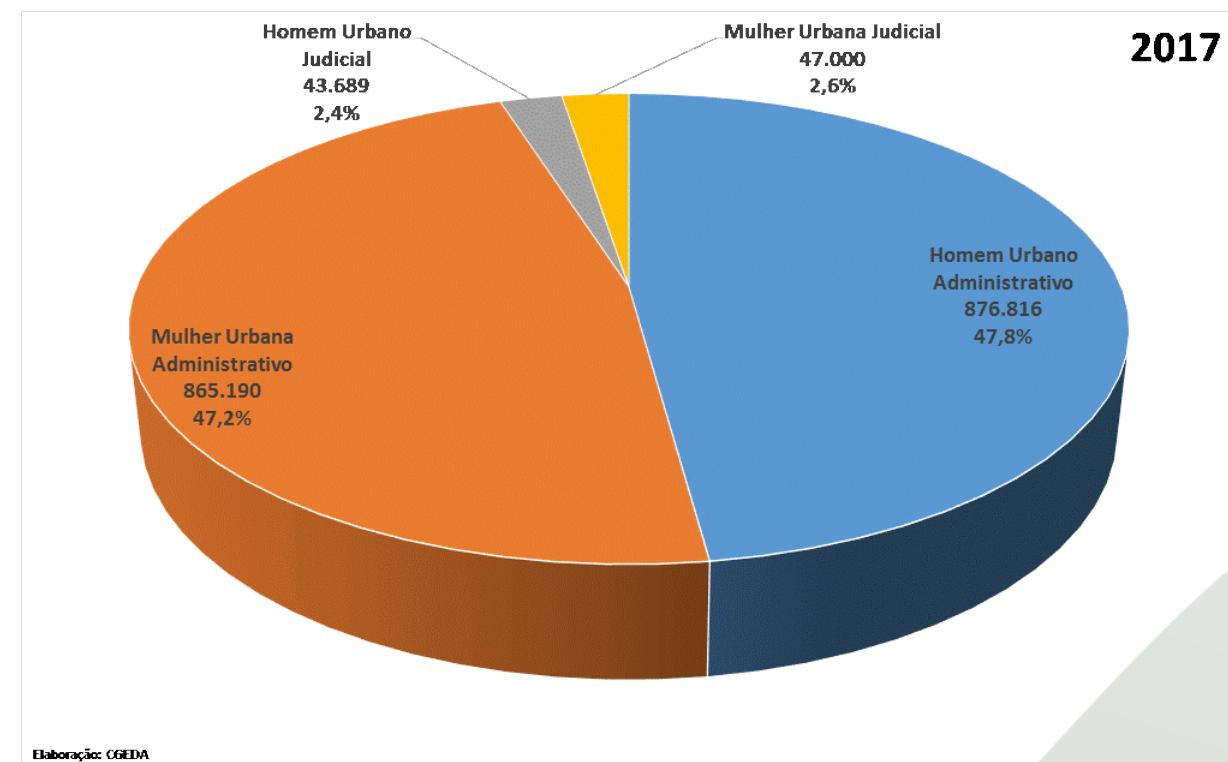
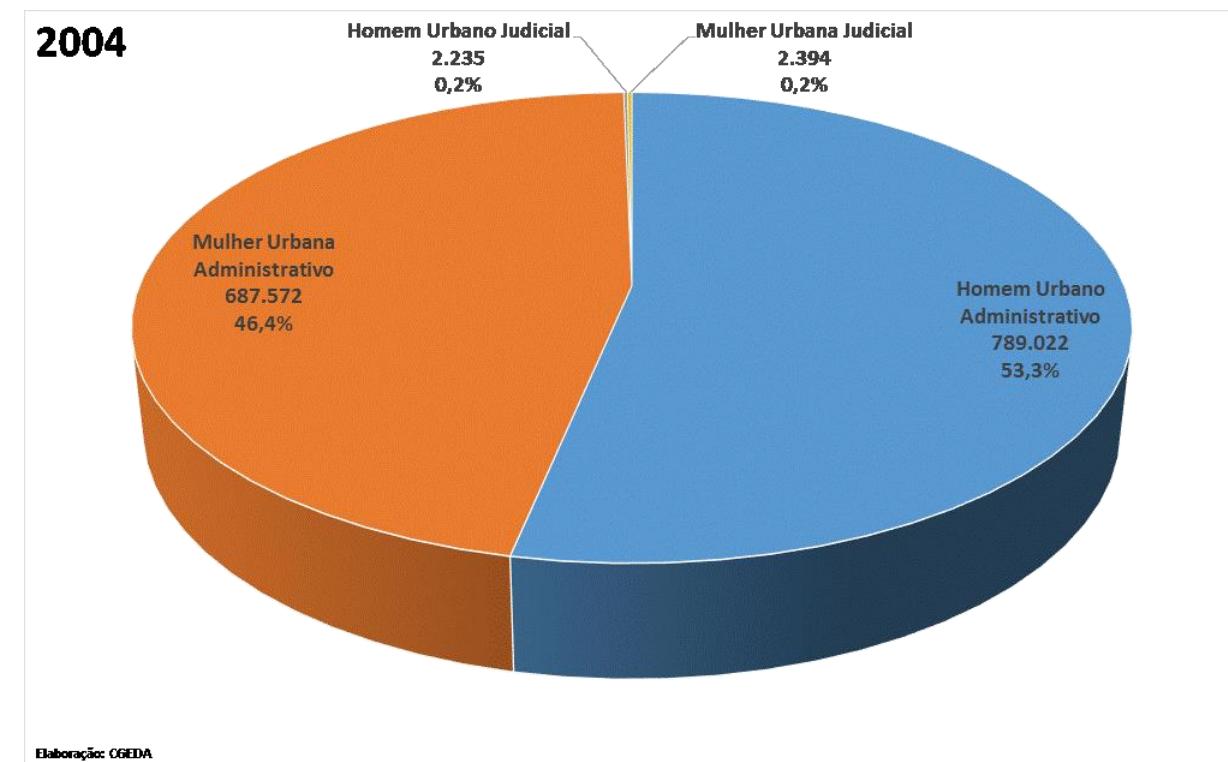


Elaboração: CGEDA

Dentre os 0,5% de judicialização em 2004 na clientela rural, 0,3% foram para homens e 0,2% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 11,3% do total, com 5,8% para homens e 5,5% para mulheres.

Auxílio-Doença Previdenciário (B31)

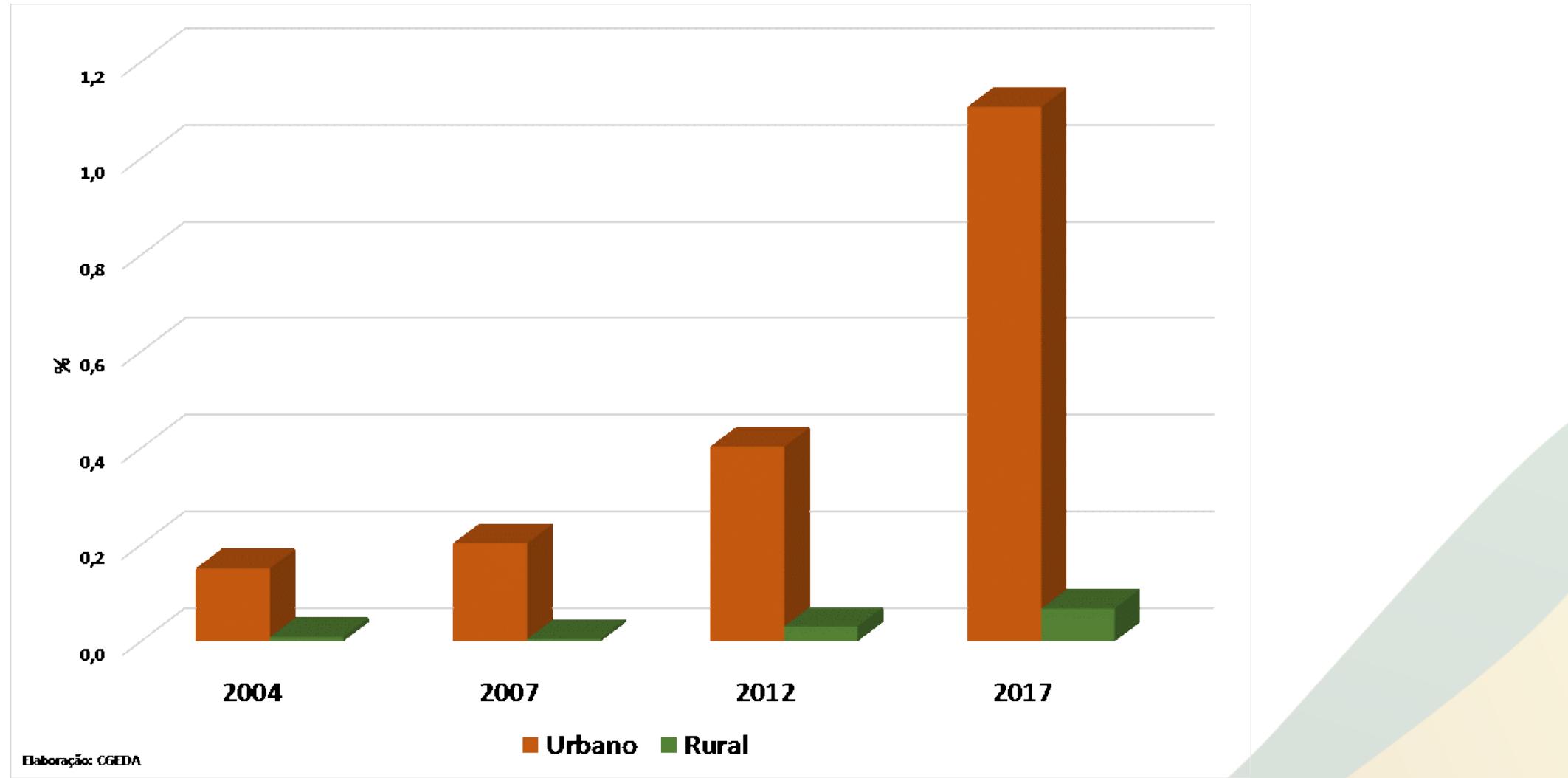
Distribuição por Sexo – Urbana



A distribuição dos 0,3% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 0,1% para homens e 0,2% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 4,9% de judiciais foi de 2,4% para homens e 2,5% para mulheres.

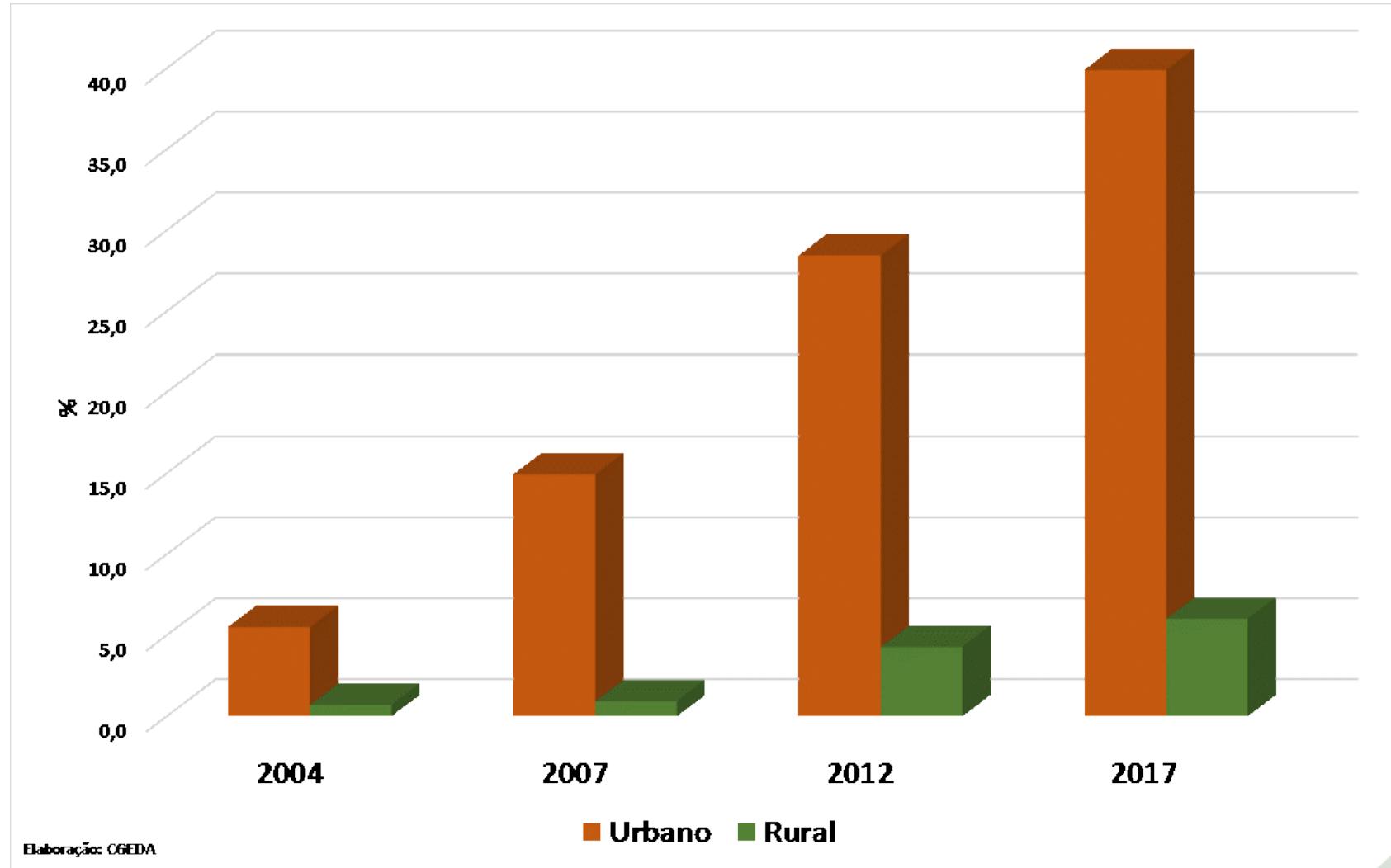
Auxílio-Doença Acidentário (B91)

Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



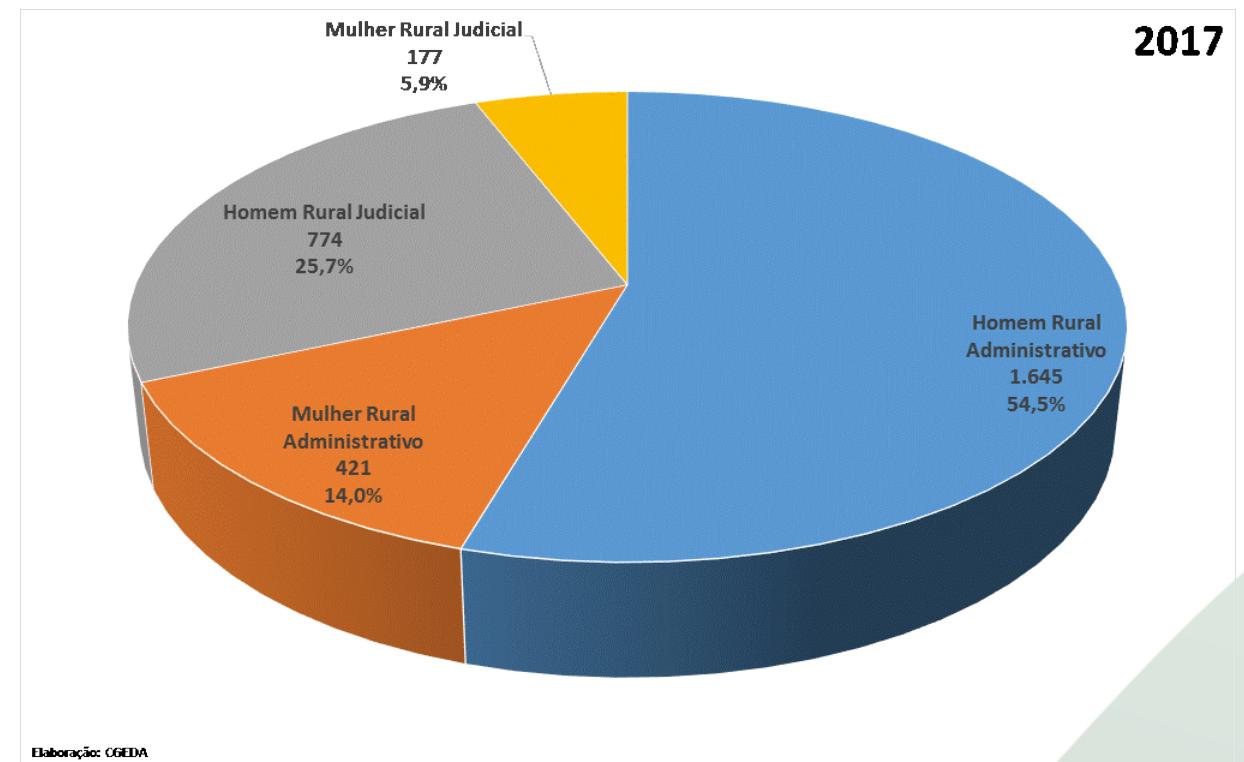
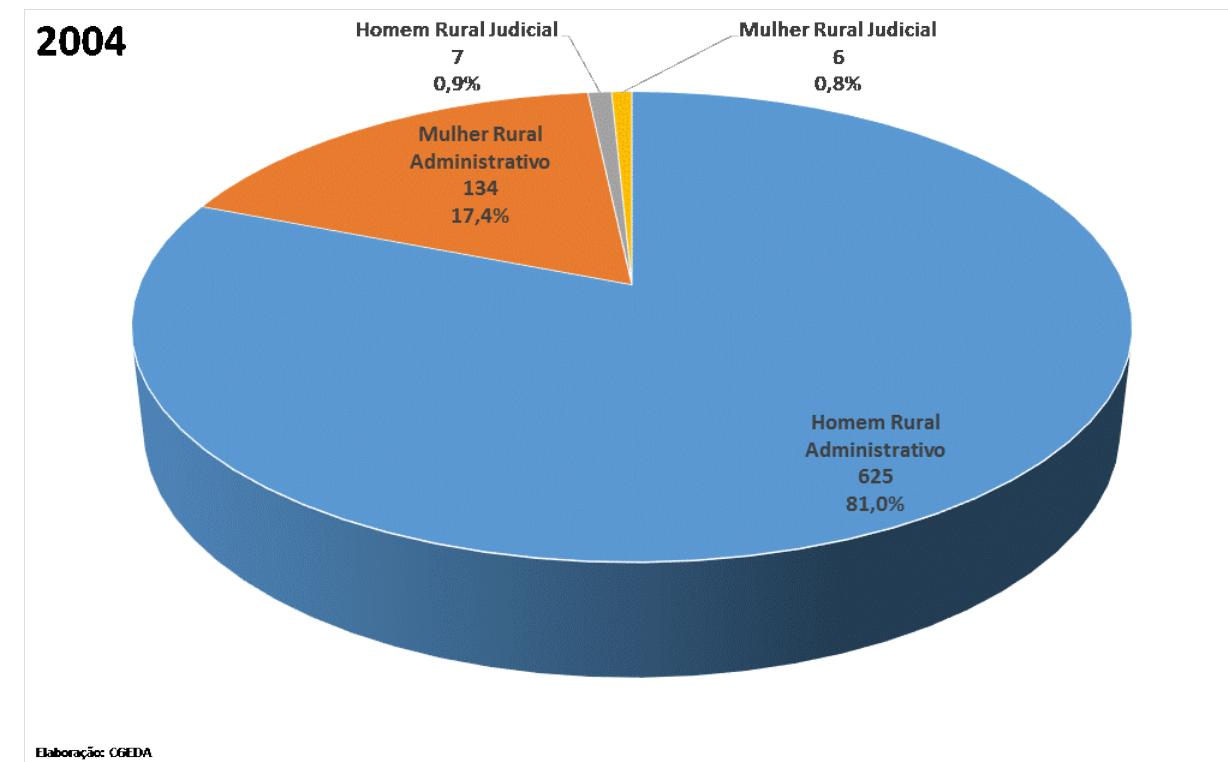
Auxílio-Accidente Previdenciário (B36)

Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



Auxílio-Accidente Previdenciário (B36)

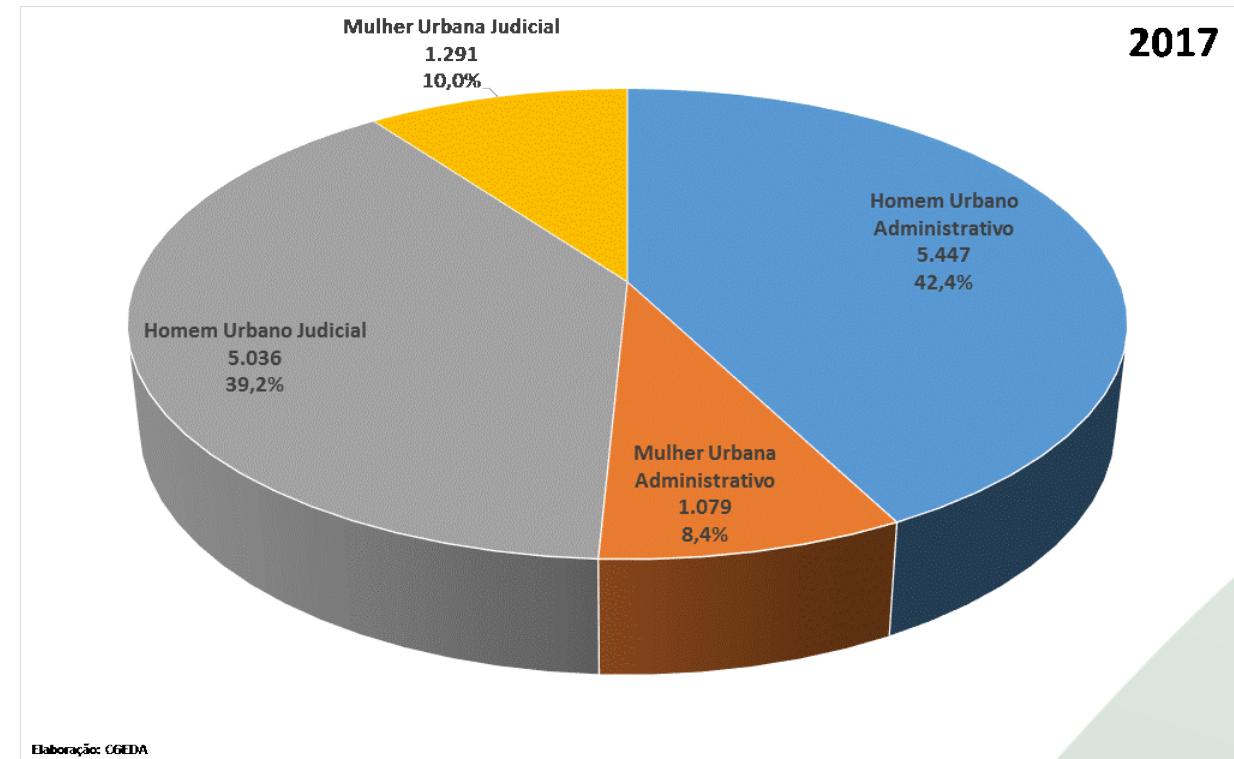
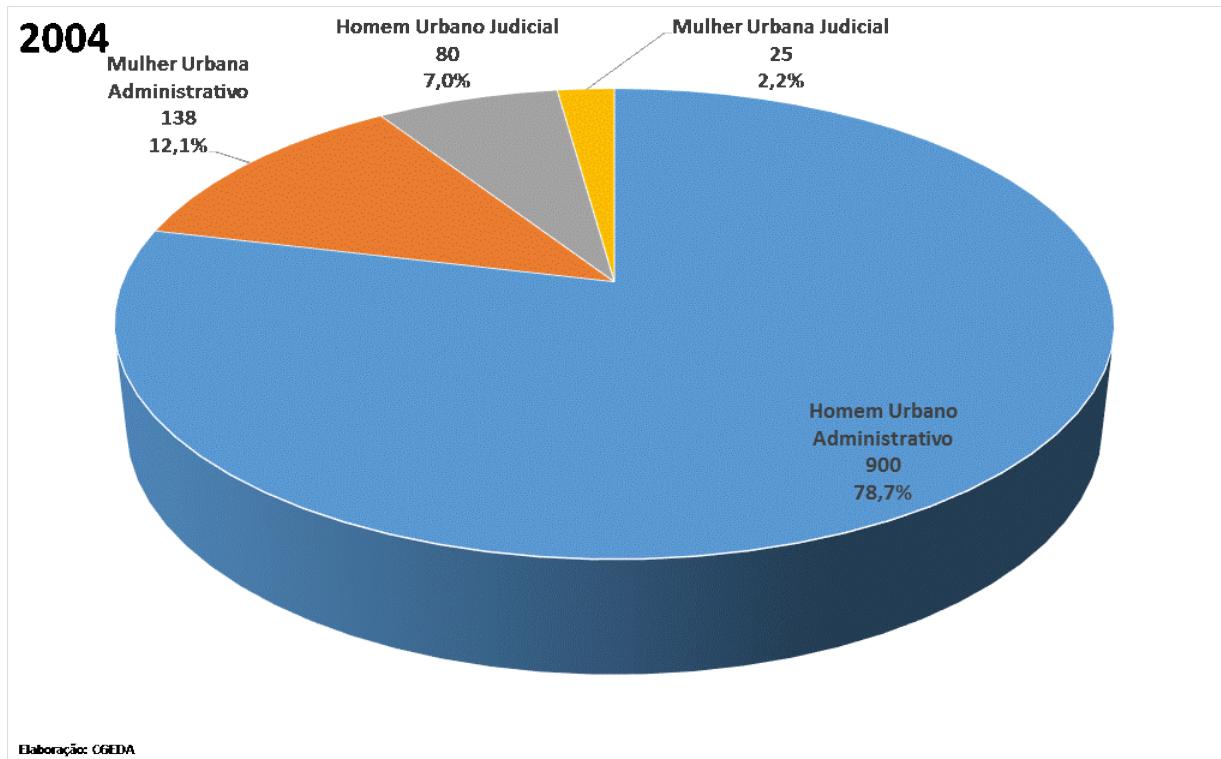
Distribuição por Sexo – Rural



Dentre os 1,7% de judicialização em 2004 na clientela rural, 0,9% foram para homens e 0,8% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 31,5% do total, com 25,7% para homens e 5,9% para mulheres.

Auxílio-Accidente Previdenciário (B36)

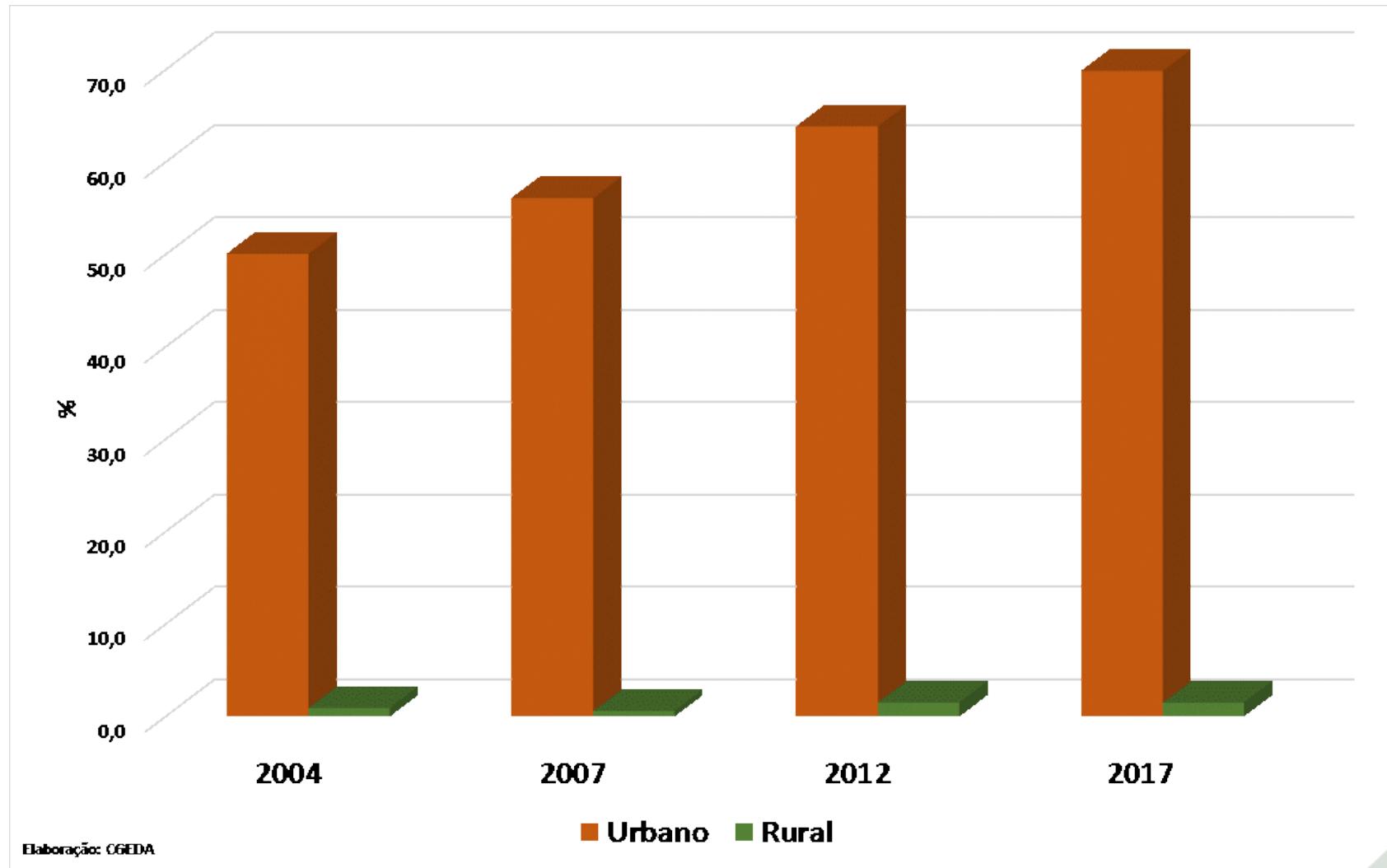
Distribuição por Sexo – Urbana



A distribuição dos 9,2% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 7,0% para homens e 2,2% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 49,2% de judiciais foi de 39,2% para homens e 10,0% para mulheres.

Auxílio-Accidente Acidentário (B94)

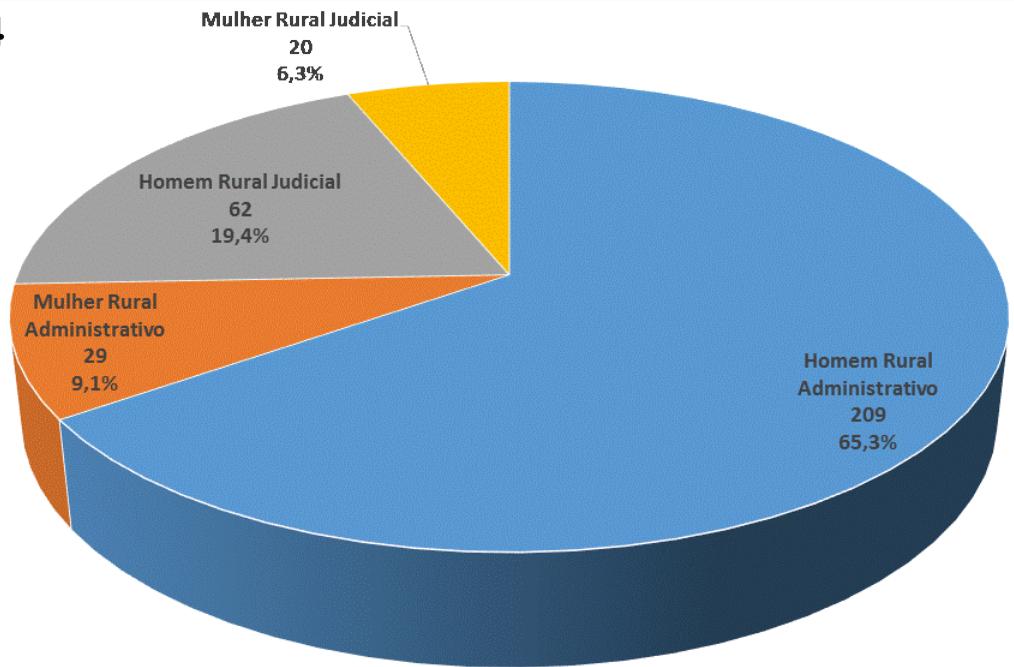
Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



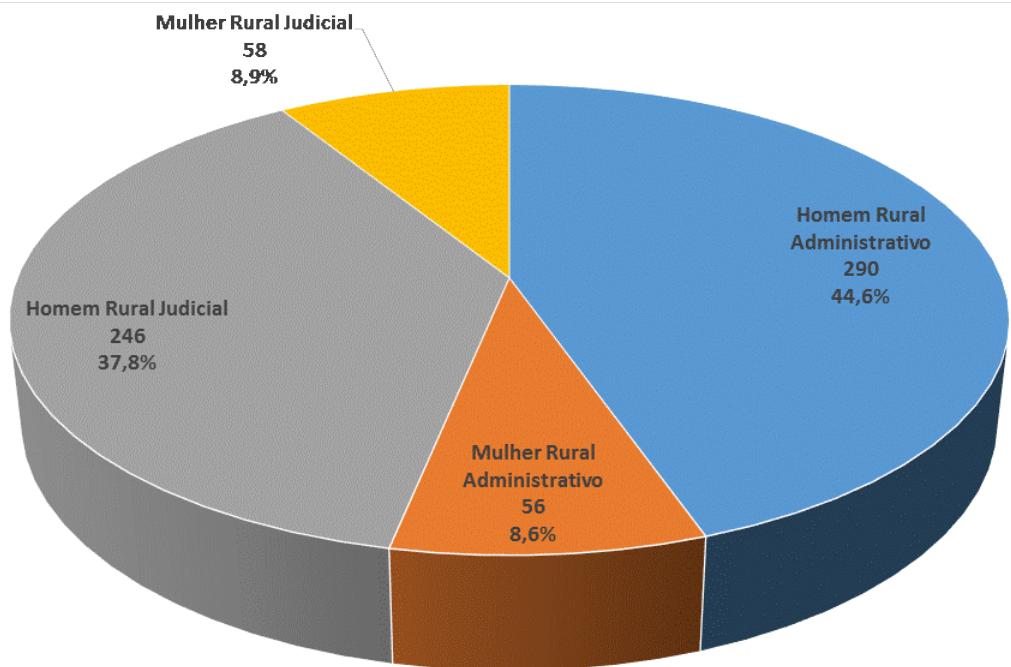
Auxílio-Accidente Acidentário (B94)

Distribuição por Sexo – Rural

2004



2017



Elaboração: CGEDA

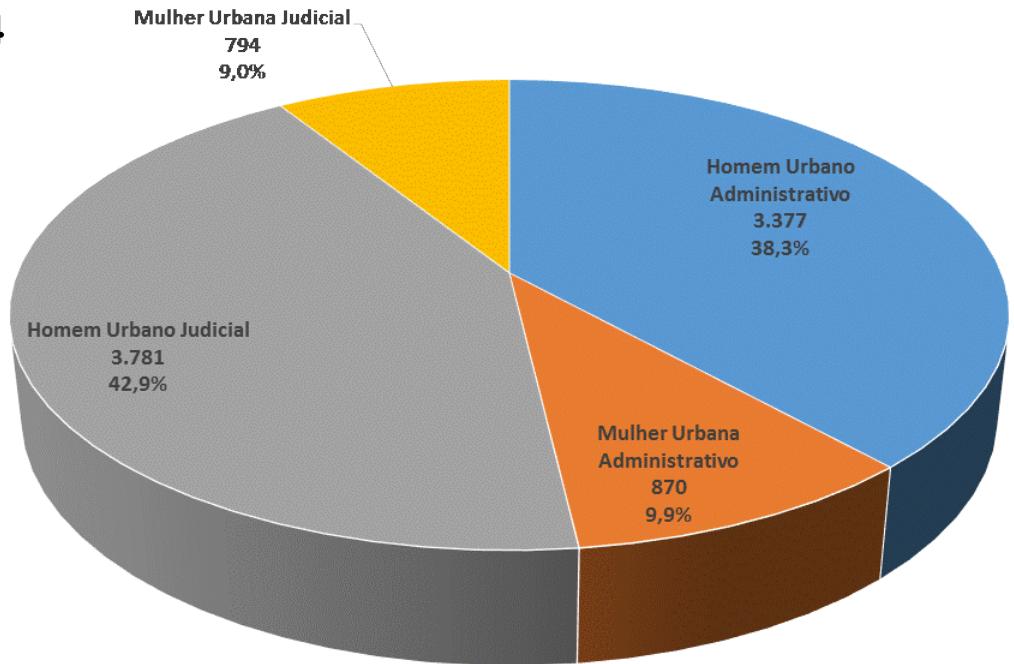
Elaboração: CGEDA

Dentre os 25,6% de judicialização em 2004 na clientela rural, 19,4% foram para homens e 6,3% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 46,8% do total, com 37,8% para homens e 8,9% para mulheres.

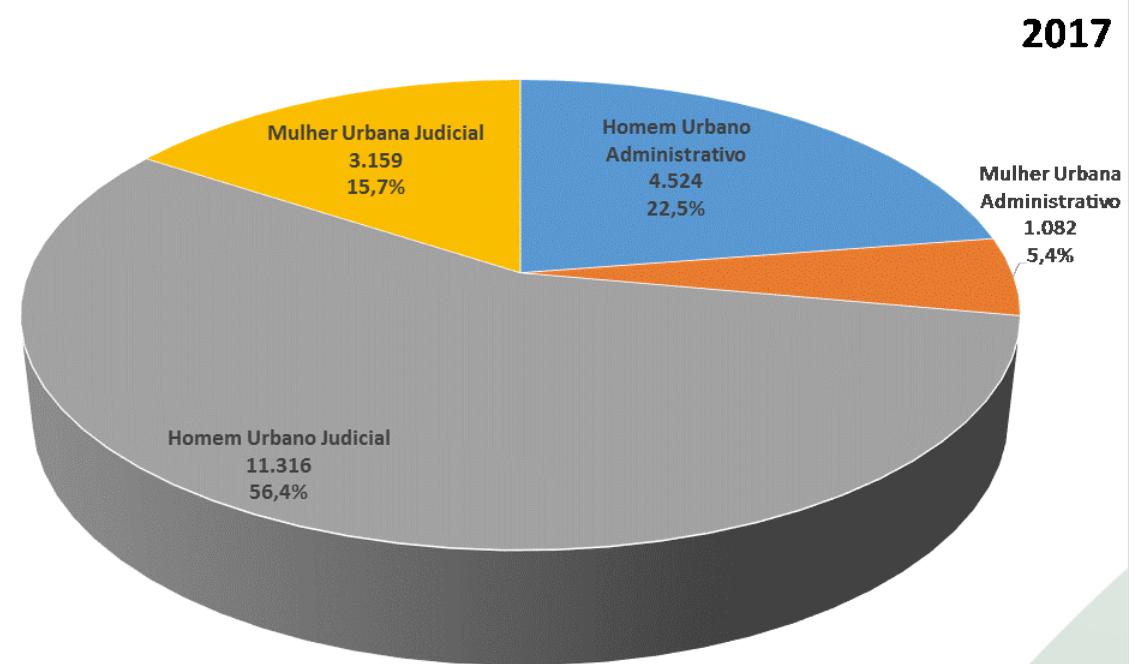
Auxílio-Accidente Acidentário (B94)

Distribuição por Sexo – Urbana

2004



2017



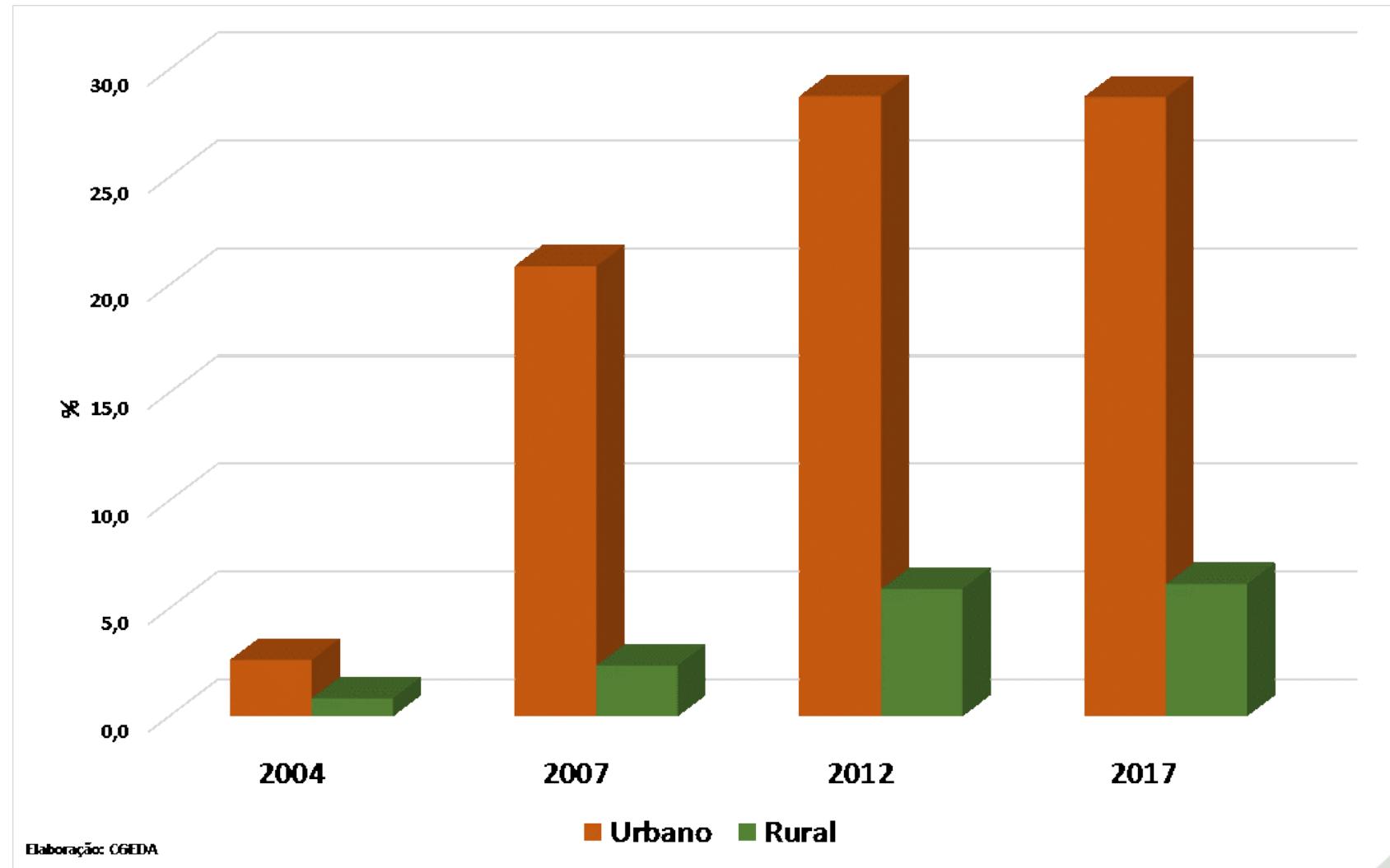
Elaboração: CGEDA

Elaboração: CGEDA

A distribuição dos 51,9% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 42,9% para homens e 9,0% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 72,1% de judiciais foi de 56,4% para homens e 15,7% para mulheres.

Aposentadoria por Invalidez Previdenciária (B32)

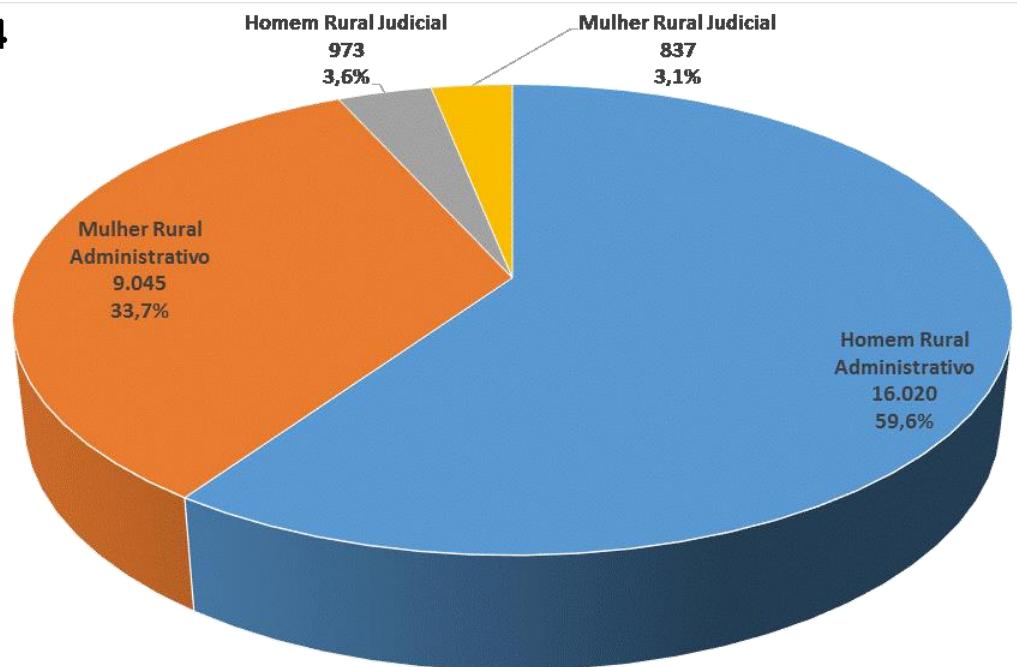
Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



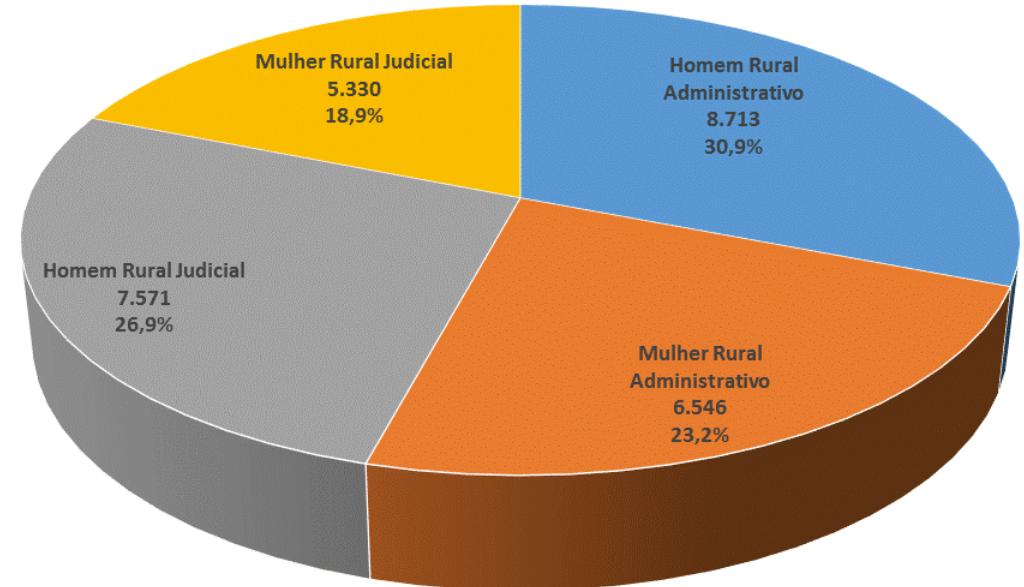
Aposentadoria por Invalidez Previdenciária (B32)

Distribuição por Sexo – Rural

2004



2017



Elaboração: CGEDA

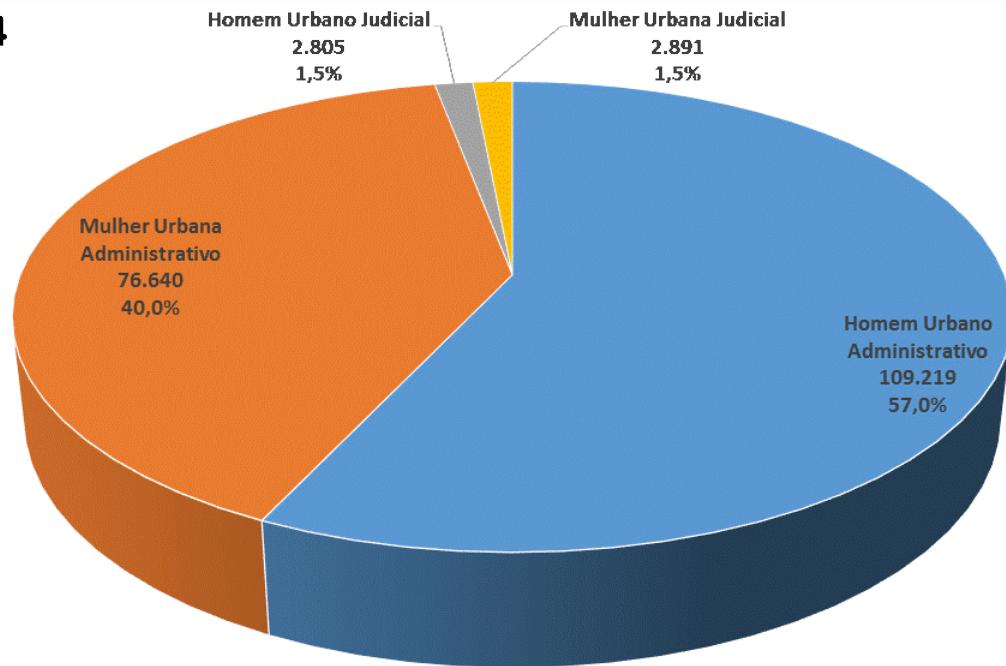
Elaboração: CGEDA

Dentre os 6,7% de judicialização em 2004 na clientela rural, 3,6% foram para homens e 3,1% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 45,8% do total, com 26,9% para homens e 18,9% para mulheres.

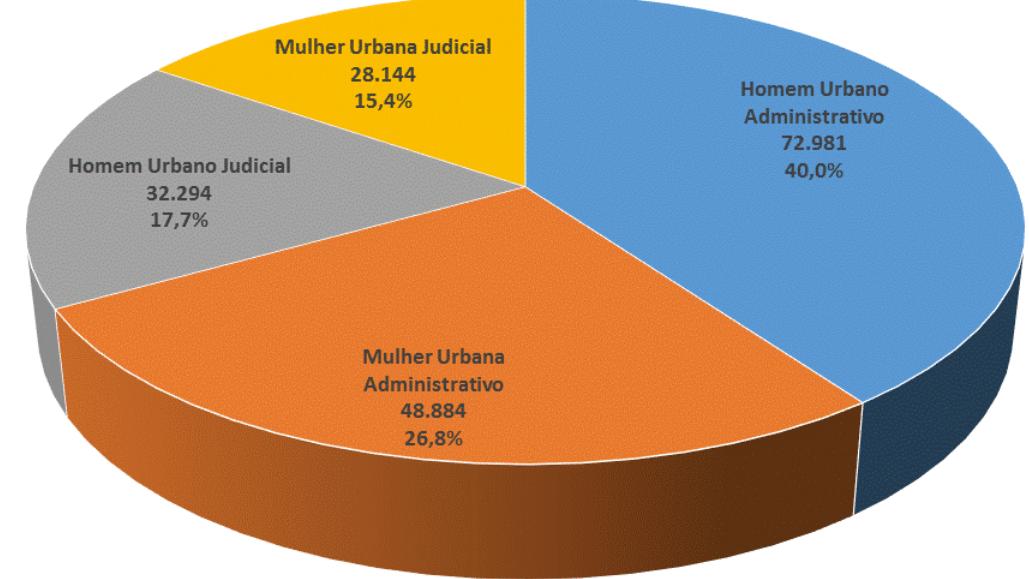
Aposentadoria por Invalidez Previdenciária (B32)

Distribuição por Sexo – Urbana

2004



2017



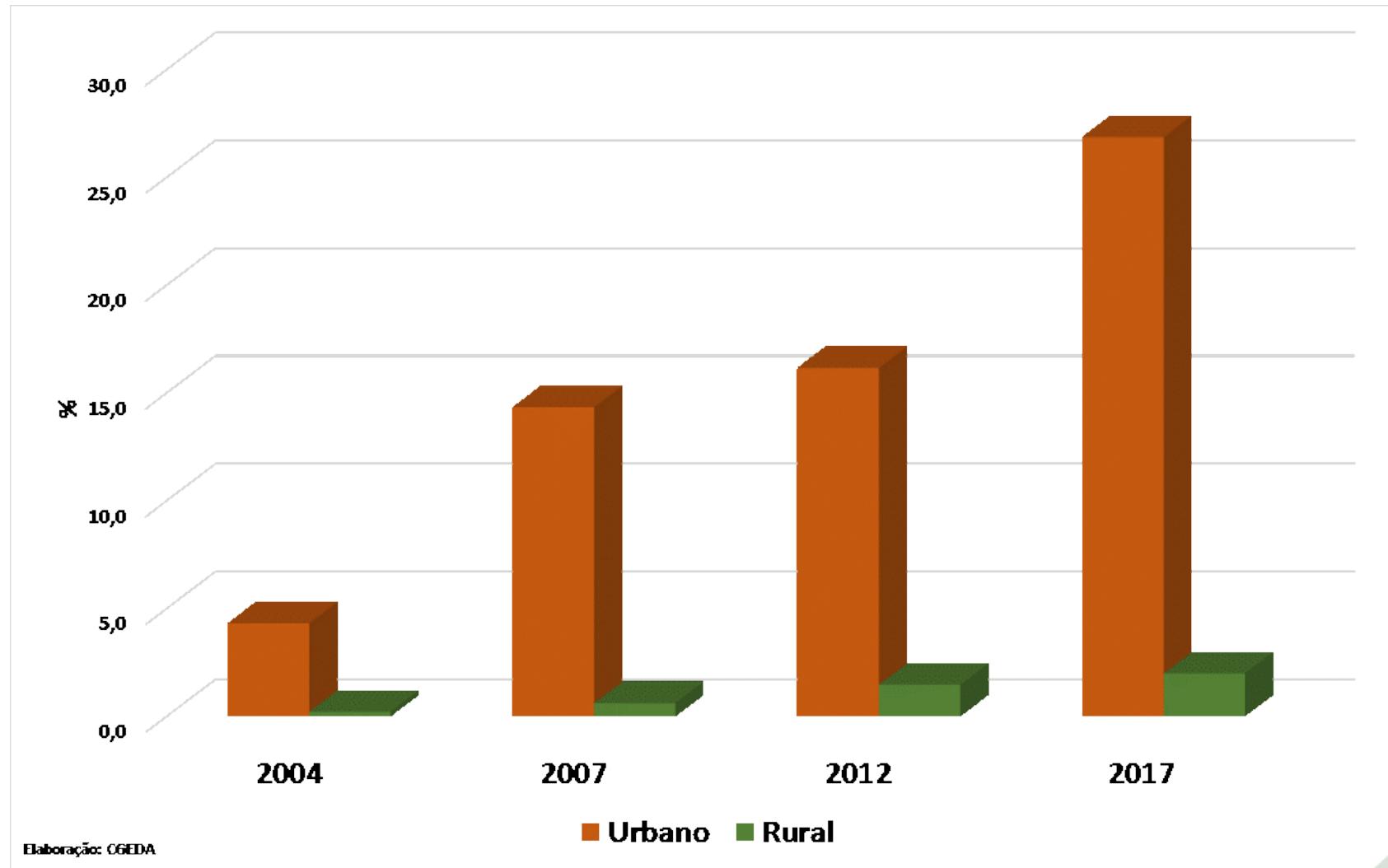
Elaboração: CGEDA

Elaboração: CGEDA

A distribuição dos 3,0% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 1,5% para homens e 1,5% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 33,2% de judiciais foi de 17,7% para homens e 15,4% para mulheres.

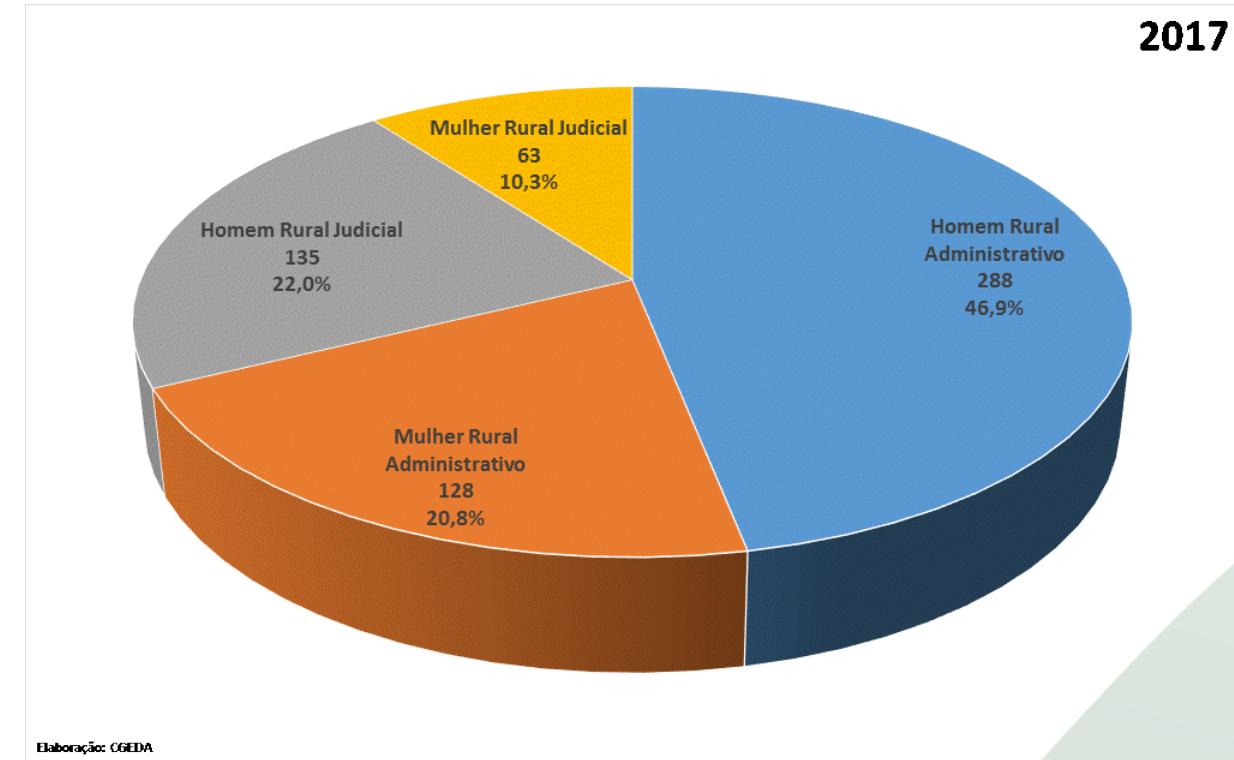
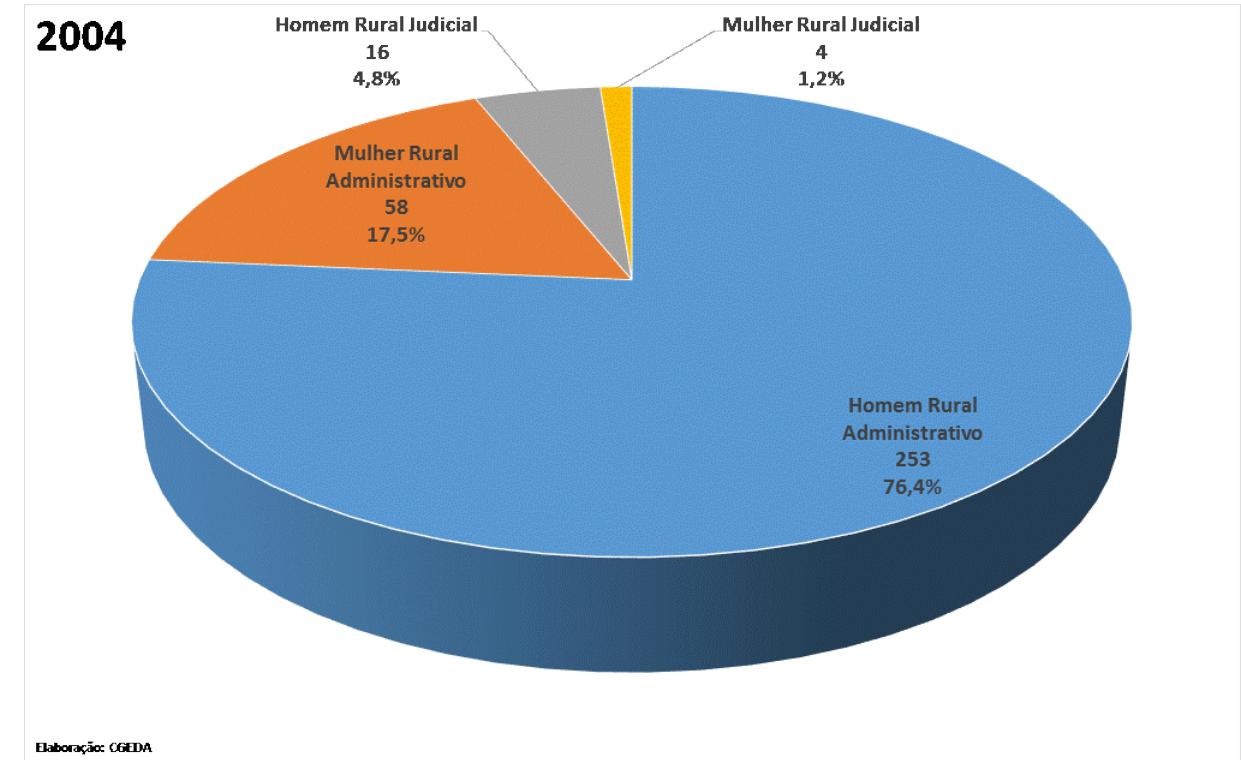
Aposentadoria por Invalidez Acidentária (B92)

Benefícios Judiciais - % sobre total – Urbano e Rural



Aposentadoria por Invalidez Acidentária (B92)

Distribuição por Sexo – Rural

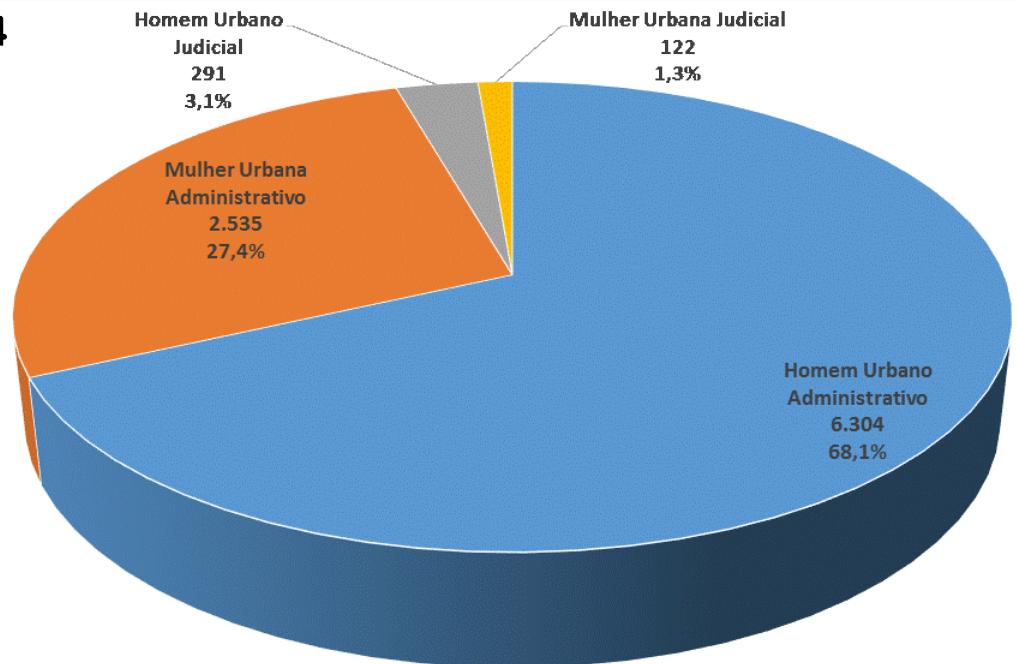


Dentre os 6,0% de judicialização em 2004 na clientela rural, 4,8% foram para homens e 1,2% para mulheres. Em 2017 as judiciais passaram a ser 32,2% do total, com 22,0% para homens e 10,3% para mulheres.

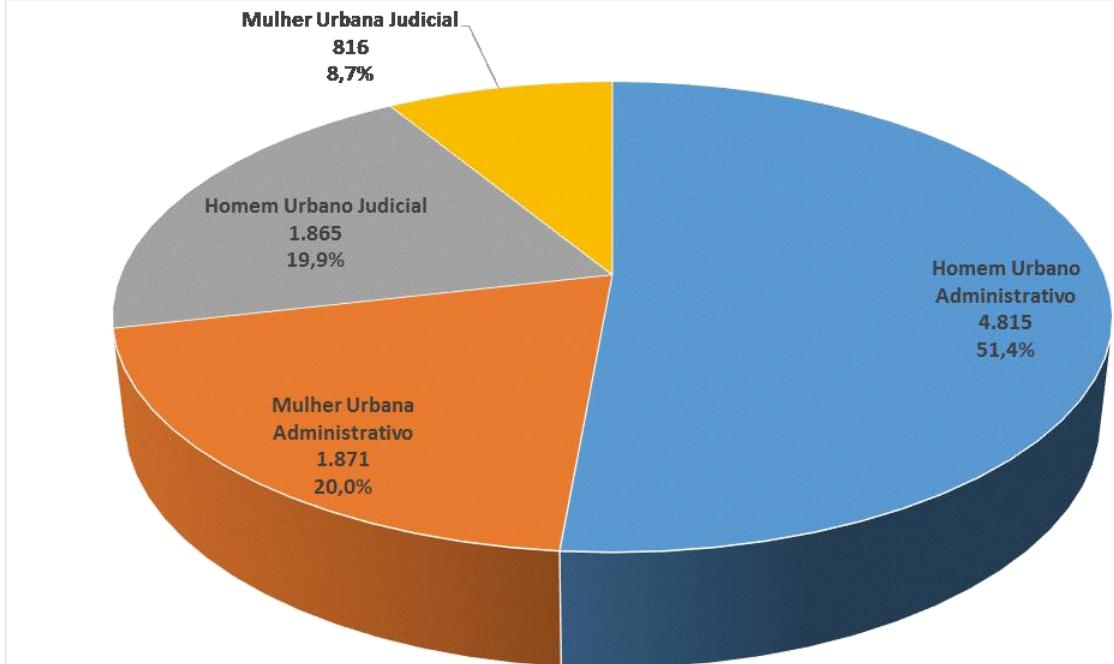
Aposentadoria por Invalidez Acidentária (B92)

Distribuição por Sexo – Urbana

2004



2017



Elaboração: CGEDA

Elaboração: CGEDA

A distribuição dos 4,5% de judicialização em 2004 na clientela urbana foi de 3,1% para homens e 1,3% para mulheres. Em 2017 a distribuição dos 28,6% de judiciais foi de 19,9% para homens e 8,7% para mulheres.

Proteção Social entre Pessoas Idosas (60 anos ou mais) – Brasil

Proteção social à população idosa, Brasil - 2017

Categorias	Homens	% protegidos sobre o total	Mulheres	% protegidas sobre o total	Total	% Total
A - Beneficiários assistenciais*	418.799	3,1%	652.704	3,7%	1.071.503	3,4%
B - Beneficiários previdenciários	10.130.884	74,2%	12.995.624	74%	23.126.508	74,1%
C - Beneficiários assistenciais e previdenciários	9.153	0,1%	18.074	0,1%	27.227	0,1%
D - Contribuintes não beneficiários**	1.475.686	10,8%	732.717	4,2%	2.208.403	7,1%
E - Pessoas idosas protegidas (A+B+C+D)	12.034.522	88,1%	14.399.119	82%	26.433.641	84,7%
F - Pessoas idosas desprotegidas (G-E)	1.624.129	11,9%	3.163.894	18%	4.788.023	15,3%
G - População idosa total	13.658.651	100%	17.563.013	100%	31.221.664	100%

Fonte: PNADc/IBGE – 2017. Elaboração: SPREV/MF.

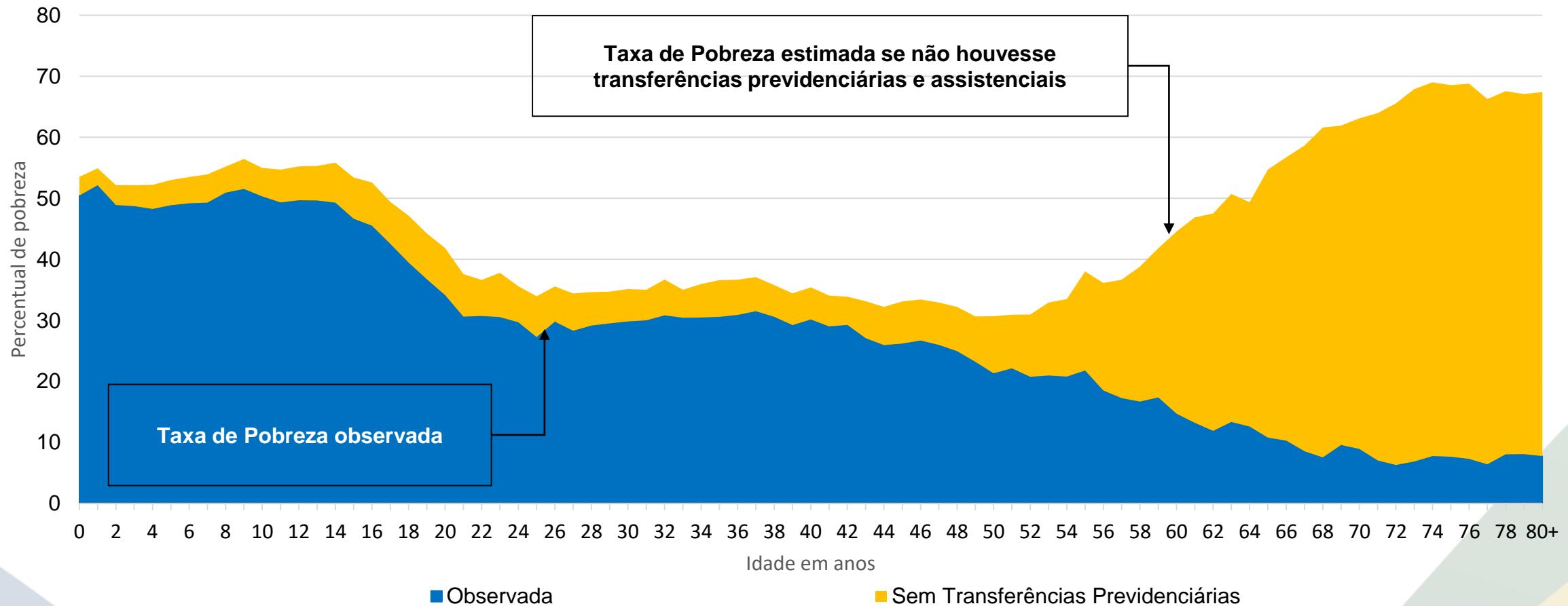
* Se refere à população idosa que recebe o Benefício Assistencial de Prestação Continuada – BPC-LOAS. Tende à subnotificação: esse público tende a se declarar como aposentado.

** Se refere à população idosa que ainda trabalha e contribui, sem receber benefício previdenciário ou assistencial.

Impactos dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais* sobre a Pobreza - Brasil

* Levando-se em conta todas as pensões e aposentadorias previdenciárias e apenas os benefícios assistenciais permanentes, como os Benefícios de Prestação Continuada previstos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Impactos dos benefícios previdenciários e assistenciais sobre a taxa de pobreza* no Brasil - 2017

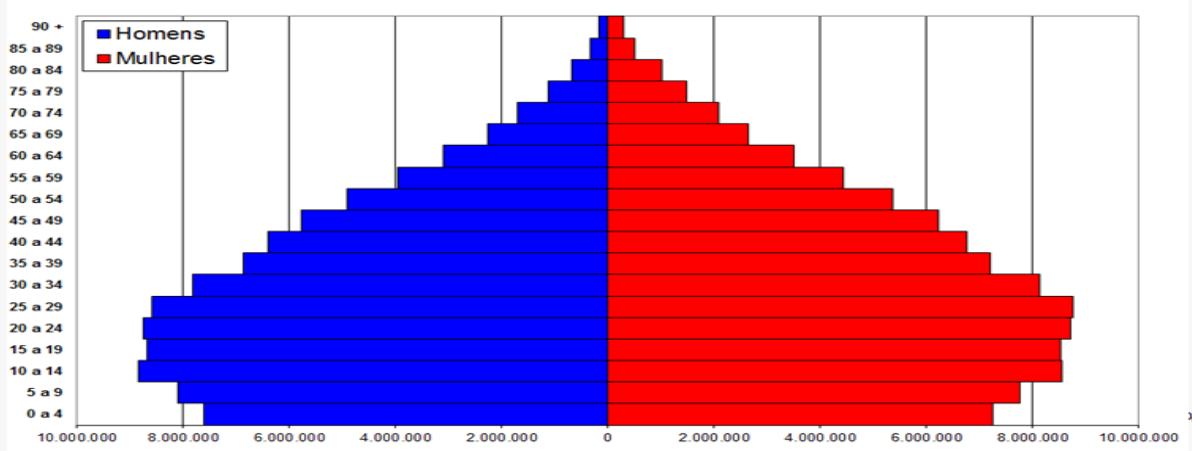


Fonte: PNADc/IBGE – 2017. / Elaboração: SPREV/MF.

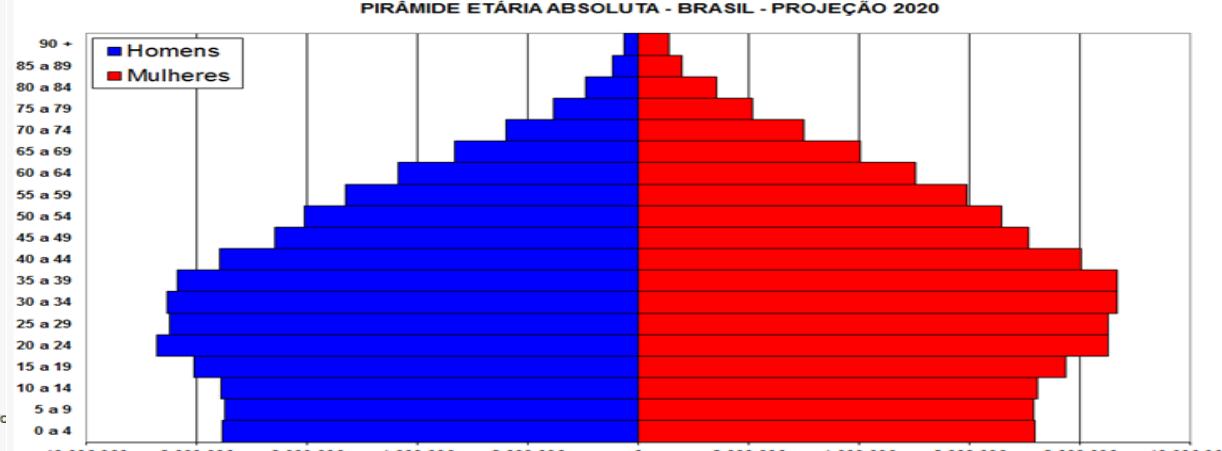
* Linha de Pobreza = $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, ou R\$ 468,5, em 2017.

Pirâmides Etárias – 2010 a 2060

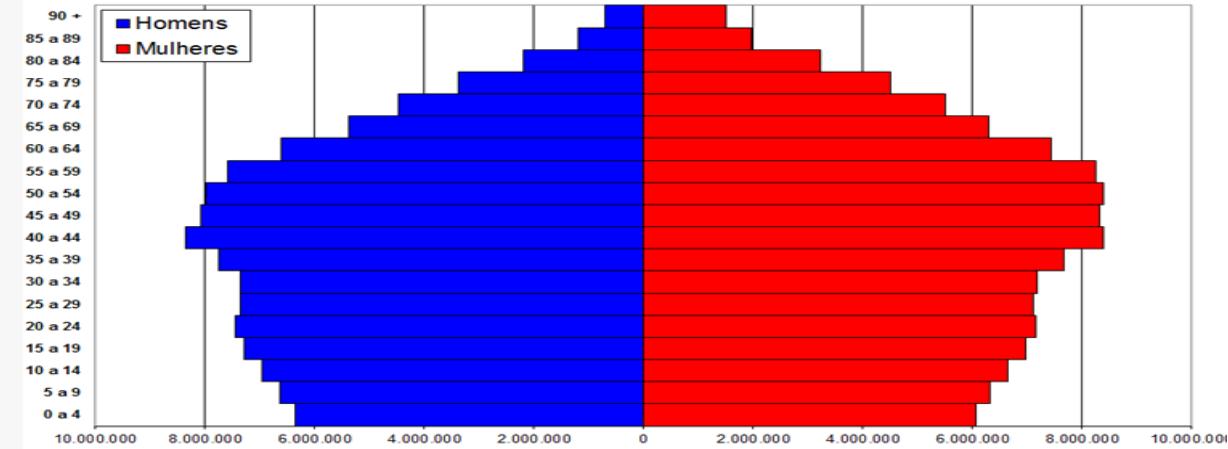
PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA - BRASIL - PROJEÇÃO 2010



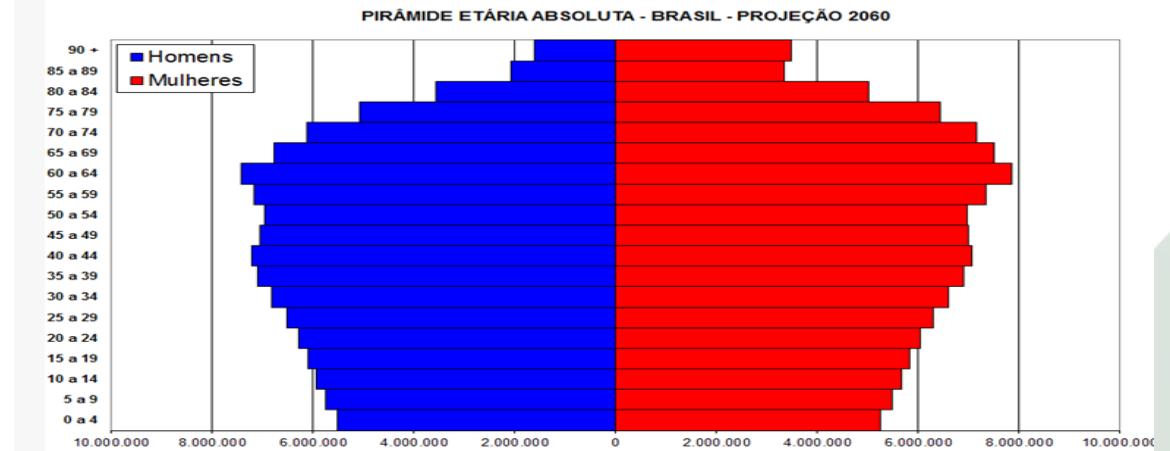
PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA - BRASIL - PROJEÇÃO 2020



PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA - BRASIL - PROJEÇÃO 2040



PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA - BRASIL - PROJEÇÃO 2060





ACÓRDÃO TCU SOBRE JUDICIALIZAÇÃO NO INSS

Qtde de benefícios

11%



Aposentadoria rural

25%



AL **49% BPC PCD**

GO **72% Apos. Rural**

RO **85% Apos. Invalidez**



37%

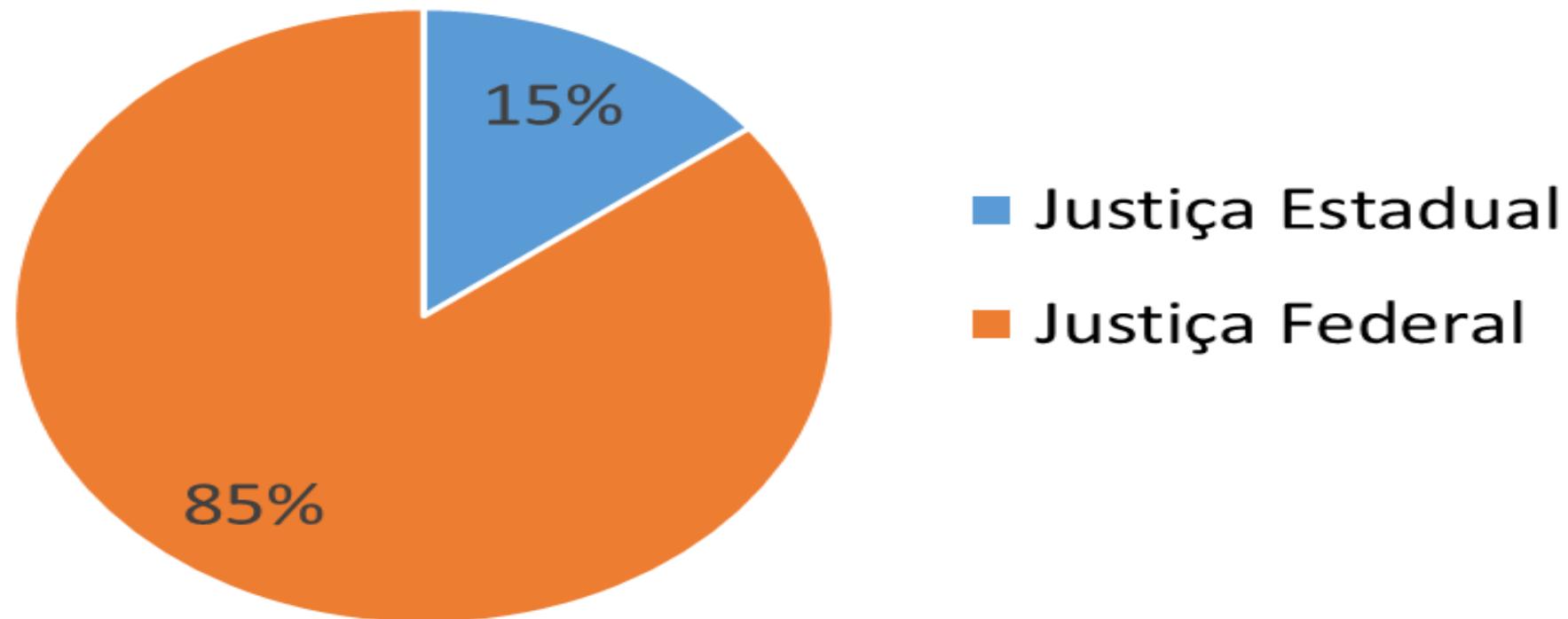
Aposentadoria por invalidez

+Reativações
+ Revisões +ACP
= ???

Por quê?

Justiça
Estadual

Processos Previdenciários Novos - 2016



Sugestões para o TCU sobre a questão da Judicialização no âmbito do INSS

1. Buscar uma maneira de diminuir a abrangência da competência delegada e acabar com a competência acidentária da justiça estadual
2. Criação de critérios rígidos sobre a assistência judiciária gratuita – não há qualquer consequência para as demandas aventureiras
3. Robustecimento do devido processo administrativo, em todas as instâncias, mas principalmente estimulado a via recursal, inclusive com a possibilidade de desconto dos honorários advocatícios devidamente contratados, como se faz em juízo.
4. Pensarmos em alguma maneira de vincularmos as decisões judiciais que criem ou ampliem benefícios previdenciários ao apontamento da fonte de custeio. Essa seria a interpretação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB. Igualmente invocar a nova lei para indicar ao judiciário a adoção de regimes de transição e/ou modulação em decisões que impliquem ônus à previdência;
5. Devolução das tutelas antecipadas

Exemplos de temas com elevado risco de impacto em decorrência de decisões judiciais

* Levando-se em conta todas as pensões e aposentadorias previdenciárias e apenas os benefícios assistenciais permanentes, como os Benefícios de Prestação Continuada previstos na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Riscos Judiciais – principais temas

TEMA	IMPACTO
Ação revisional de Nilza Tavares Hilbert – pleiteia o reajuste do benefício de acordo com o índice de reajuste do salário mínimo. (RE nº 968814)	A introdução de uma política de reajuste dos benefícios do RGPS similar à dos ganhos reais do salário-mínimo, aplicável a todos os benefícios traria uma elevação de despesa na ordem de R\$ 123,3 bilhões com base em 2017 , sem considerar anos anteriores e com estimativa de valor similar para 2018 considerando que não houve ganho real do salário mínimo em 2018. (Nota Técnica SEI nº 25/2018/CGEDA/SRGPS/SPREV-MF)
Decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ que estende o adicional de 25% a todos os aposentados e pensionistas que necessitem da assistência permanente de terceiros. (REsp 1720805/RJ (2018/0020632-2))	Estima-se que a decisão do STJ trará um impacto anual de R\$ 7,15 bilhões , o que contribuirá, ainda mais, para o incremento do déficit financeiro e atuarial do RGPS. (Nota Técnica SEI nº 50/2018/CGEDA/SRGPS/SPREV-MF, de 11 de outubro de 2018; processo SEI nº 10132.100379/2018-42.)
Permitir contribuição facultativa sob alíquota de 5% para pessoas de baixa renda não inscritos no CadÚnico	Tomando-se como base o valor do salário mínimo vigente no período de 2016 a 2018 e supondo que esse grupo de contribuintes se manteve nessa mesma situação – facultativos de baixa renda não inscritos no CadÚnico – deixou-se de recolher ao FGRPS os valores de R\$ 128,9 milhões, R\$ 137,2 milhões e R\$ 139,7 milhões respectivamente. Caso tal medida prospere o impacto financeira negativo na receita previdenciária seria na ordem de R\$ 405,8 milhões (Nota Técnica SEI nº 53/2018/CGEDA/SRGPS/SPREV-MF, de 25 de outubro de 2018)

Riscos Judiciais – principais temas

TEMA	IMPACTO
<p>"Saber se o segurado contribuinte individual pode obter o reconhecimento de atividade especial para fins previdenciários após 11/12/1998, mesmo na hipótese em que a exposição a agentes nocivos à sua saúde ou à integridade física decorreu da não utilização deliberada de EPI eficaz." (Súmula 62 da TNU)"</p>	<p>Medida extremamente danosa ao RGPS, sem possibilidade de apuração do real impacto que seria causado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade na caracterização da atividade especial dos contribuintes individuais (não tem fiscalização/controle, não tem contribuição adicional) - Atividade autônoma tem característica própria de ocasionalidade e intermitência.
<p>Desaposentação, Recálculo do valor do benefício mediante contribuições posteriores à aposentadoria ou isenção de contribuição após aposentadoria</p>	<p>Desaposentação: impacto estimado em aumento de despesa da ordem de R\$69 bilhões, considerando-se apenas o estoque de aposentadorias ativas em 2010;</p> <p>Renúncia: impacto não calculado</p>
<p>Reconhecimento de tempo de contribuição para períodos anteriores aos 14 anos</p>	<p>Impacto de R\$ 2.152.987.200,00 se computado cada ano de trabalho para o grupo de 620 mil crianças segundo a PNAD, o que é uma medida altamente danosa para o RGPS em face da vulnerabilidade a fraudes, visto que o reconhecimento do tempo será feito após a expiração do prazo legal definido na legislação trabalhista para reconhecimento do vínculo. Custo para o RGPS devido a perda de arrecadação e a responsabilidade de computar o período trabalhado, impunidade para os “empregadores” e estímulo a exposição de crianças ao trabalho infantil.</p>

Benedito Adalberto Brunca

Subsecretario do Regime Geral de Previdencia Social

SPREV/MF

benedito.brunca@previdencia.gov.br

(61) 2021-5751